

ARTIGO

3 *Contas ambientais e PIB, por Helga Hoffmann*

ARTIGO

4 *A economia mundial em 1998: expectativas e perspectivas, por Fernando J. Cardim de Carvalho*

TELEVISÃO

7 *Confira a qualidade da programação de Debate Brasil*

COLUNA MUNICIPAL

8 *Saiba tudo sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 1999*

SEMINÁRIO

9 *Desemprego: desafios e perspectivas na virada do século*

RIO 1999:

13º CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMISTAS
7º CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE ECONOMISTAS

Bases de um caminho alternativo para o Brasil

maria da Conceição Tavares é a entrevistada do mês. Com a lucidez e a paixão de sempre, analisa as tendências do capitalismo contemporâneo e a evolução da sociedade brasileira: "Estamos sem bússola no meio de uma confusão mundial, olhando para tudo quanto é lado, ao sabor dos ventos, e sem Estado nacional. É uma situação muito grave. (...) Nosso circuito enlouquecido de endividamento sempre termina no mesmo lugar: é impossível pagar."

páginas 10 a 14



JORNAL DOS ECONOMISTAS

**ÓRGÃO OFICIAL DO CORECON-RJ,
IERJ E SINDECON-RJ**

Diretor Responsável: Luiz Antonio Rodrigues Elias • **Conselho Editorial:** Luiz Antonio Rodrigues Elias, Adhemar Mineiro, Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Mello de Oliveira, Ricardo Bielschowsky, José Márcio Camargo, Márcio Henrique Monteiro de Castro, Marcelino José Jorge, José Clemente de Oliveira • **Edição:** Conselho Regional de Economia-RJ • **Jornalista Responsável:** Beatriz Bonfim (MT 11916) • **Editoração Eletrônica:** Kátia Regina Fonseca – Telefax (021) 508-7367 • **Ilustração da Capa:** Pescadores, xilogravura, área impressa de 22,2 x 30 cm. Foi gentilmente cedida pelo Museu de Belas Artes (MNBA) e reproduzida por João Diaz • **Fotolito e impressão:** Tipológica – Tel: (021) 509-3366 • **Tiragem:** 20.000 exemplares • **Periodicidade:** mensal • As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

**CORECON – CONSELHO REGIONAL
DE ECONOMIA DO RIO DE JANEIRO**

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20054-900 – Tel: (021) 224-0578 – Fax: (021) 221-0958 – E-mail: coreconrj@ax.apc.org – Home Page: <http://www.economistas.com.br> • **Presidente:** Adhemar dos Santos Mineiro • **Vice-Presidente:** Reinaldo Gonçalves • **Conselheiros Efetivos:** Ronaldo Raemy Rangel, José Roberto Soeiro, Hélio Portocarrero, Maria José Cyhlar Monteiro, Adhemar dos Santos Mineiro, Reinaldo Gonçalves, Carlos Francisco T.M.R. Lessa, Sidney Pascoutto da Rocha, José Clemente de Oliveira • **Conselheiros Suplentes:** Nelson Chalfun Homsy, Renato Luiz Mello de Oliveira, Mauro Osório da Silva, Paulo Sérgio Souto, Sandra Maria Carvalho de Souza, Luiz Mário Behnken, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, José Antônio Lutterbach Soares • **Delegacia Regional de Campos:** Denise Cunha Tavares Terra – Av. Dom Bosco, 49 – Tel: (0247) 238333.

**SINDECON – SINDICATO DOS ECONOMISTAS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Rua Treze de Maio, 23 – Grupo 1607 / 1608 / 1609 – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20031-000 – Tels: (021) 262-2535 e (021) 533-2192 – Fax: (021) 533-7891 – E-mail: sindecon@embratel.net.br – Home-page: <http://www.economistas.com.br>.

**IERJ – INSTITUTO DOS ECONOMISTAS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20054-900 – Tels: (021) 224-0578 e (021) 509-1077 – Fax: (021) 221-0958 – E-mail: ierj@ax.apc.org – Home Page: <http://www.economistas.com.br>

EDITORIAL

Mais uma vez, a ocorrência de uma seca provoca grave crise social no Nordeste, jogando cerca de 10 milhões de brasileiros em uma situação de fome aguda. Mais uma vez, à inoperância do governo, alertado para o problema pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) desde o ano passado, soma-se a improvisação de programas assistenciais passíveis de serem politicamente manipulados e cujos resultados são notoriamente insuficientes.

Os números que quantificam o drama são espantosos, tanto do ponto de vista econômico como humano e social. No Ceará, a perda da safra chega, em grandes áreas, a 90% do feijão e a 95% do milho. No Rio Grande do Norte, a maioria dos agricultores sequer realizou o plantio. A metade dos municípios da Paraíba já havia declarado calamidade pública em abril. Mesmo a Zona da Mata foi fortemente atingida, com expectativa de perda de 50% da safra da cana. Centenas de localidades não contam mais com água potável. A mortalidade infantil cresceu 32% em apenas um ano, passando de 29 para 38,5 crianças mortas em cada grupo de mil nascidas vivas. Os casos de desidratação, desnutrição e tuberculose dispararam.

Tudo isso ocorre depois de décadas em que o esforço do poder público esteve concentrado em multiplicar a capacidade da região reter água, com a construção de açudes, muitos dos quais de grande porte. Localizadas quase sempre em terras privadas, são obras preciosas para diminuir a mortalidade do reba-

nho e aumentar a rentabilidade da pecuária, principal atividade dos latifundiários locais, mas que praticamente não ajudam a atividade agrícola levada adiante pela imensa massa de pequenos produtores.

Há muito se sabe que a fragilidade da estrutura socioeconômica, politicamente funcional ao sistema de poder dominante, é que torna o Nordeste tão vulnerável à variação climática, transformando-a em calamidade social. Como fenômeno físico, a seca continuará a se manifestar periodicamente, mas suas repercussões econômicas (queda brusca da produção) e sociais (milhões de pessoas no limite da sobrevivência) podem perfeitamente desaparecer, desde que a forma de organização social seja alterada de modo a propiciar um acesso estável da população camponesa a terra, água, energia elétrica e alguma extensão rural.

Não há perspectivas de que isso se dê a curto prazo. Excetuando-se os enclaves exportadores que geram poucos empregos, a agricultura nordestina vem experimentando notável fragilização que torna mais difícil, com ou sem seca, a sobrevivência dos imensos contingentes populacionais que habitam os espaços dominados pelo complexo que combina o gado e a agricultura de sequeiro. No 'arranjo' organizacional local, o algodão era a principal (embora reduzida) fonte de renda monetária dos pequenos produtores. Com a crise desse produto, nos últimos anos eles têm sido obrigados a levar ao mercado o peque-

no excedente da agricultura alimentar tradicional de milho, feijão e mandioca. O sertão, que não conhecia a fome crônica (só a fome epidêmica, em fases de seca), a conhece agora. A falta de chuva só agrava o seu drama.

O problema, portanto, é estrutural e começa nos "anos bons". Neles, os pequenos produtores, rendeiros e parceiros produzem, mas não conseguem acumular. São expropriados por vários mecanismos. Descapitalizados ao final de cada ciclo produtivo, são incapazes de enfrentar um "ano ruim". Por isso é que a seca se transforma em crise social.

Enquanto não for alterada uma estrutura de poder que se nutre da miséria, o Brasil – cujo enorme potencial agrícola é bem conhecido – terá que conviver com a vergonha da fome de seu povo.

O *Jornal dos Economistas* vem consolidando não só junto à categoria, mas também a parcelas da sociedade, uma posição de importante veículo no debate aberto e plural de temas nacionais e regionais. A pesquisa sobre o Perfil do Economista, publicada recentemente pelo CORECON-RJ, ratificou esta afirmação e nos apontou um novo desafio: mudar o projeto gráfico do *JE*, para conferir maior leveza na editoração e melhoria na impressão. É com satisfação que os responsáveis pela edição do *Jornal dos Economistas* apresentam o seu novo aspecto visual. Trata-se de um projeto aberto, em andamento. Contamos, portanto, com a colaboração de todos, enviando-nos sugestões para aperfeiçoá-lo.

XXV ENECO

Encontro Nacional de Estudantes de Economia

Será realizado de 19 a 25 de julho de 1998 na Universidade Federal do Pará, em Belém, o Encontro Nacional de Estudantes de Economia, realizado pelo centro acadêmico de economia da UFPA e pelo CORECON-9ª Região, tendo total apoio do CORECON/RJ.

LANÇAMENTOS DO CONSELHO

O CORECON-RJ, IERJ e SINDECON lançaram as publicações:

- Perfil dos Economistas
- Guia dos Consultores em Economia
- VIII Prêmio de Monografia
- Ensino de Economia – Questões Práticas e Empíricas

As publicações foram editadas para estimular a difusão de atividades ligadas à capacitação, ao ensino e ao acesso à informações acadêmicas ou de pesquisas básicas. Solicite o seu!

CONVÊNIO

CORECON-RJ / MNBA

Em continuidade ao convênio firmado com o Museu Nacional de Belas Artes, para publicação de gravuras do seu acervo de artistas representativos da cultura brasileira, o *Jornal dos Economistas* reproduz na capa uma obra de Oswaldo Goeldi, desenhista e gravador brasileiro (Rio de Janeiro, 1985-1961) que estudou na Escola Politécnica de Zurique e dedicou-se à gravura a partir de 1924. Premiada, autor de várias ilustrações para escritores, Goeldi teve sua obra exposta no Brasil e no exterior e foi influente como professor.

Nota técnica (capa): Pescadores, xilogravura, área impressa de 22,2 x 30 cm.

Contas ambientais e PIB

Entre 20 e 24 de abril deste ano, pela primeira vez, a Cepal organizou em Santiago do Chile uma reunião em que especialistas dos institutos nacionais de estatística encarregados das contas nacionais em países da América Latina discutiram a medição, em termos monetários, de custos e benefícios ambientais. Esse esforço pretende ver até que ponto é possível avançar na contabilidade ambiental, atribuindo valores monetários aos bens e aos males ambientais. O objetivo último é chegar a apresentar – além das contas nacionais tradicionais, que medem a renda e o produto – contas nacionais "verdes", que ajustariam o valor do produto nacional para levar em conta o uso e a degradação dos recursos naturais e a contaminação atribuída às atividades econômicas.

Sempre se soube que o PIB medido da forma tradicional é *menor* que o "verdadeiro PIB", porque ele não mede a "economia oculta", seja a legal (como o tricô da vovó, a costura ou o pão feito em casa), a ilegal (como a produção e venda de maconha ou de coisa pior) ou a "zona cinzenta" (consertos de carro, de sapatos ou de casas que não se registram, distribuição de marmitas, aulas ou conselhos médicos entre amigos). Nas aulas de contabilidade nacional, muitos de nós ouvimos a estorinha de Kuznets, a respeito do indivíduo que diminuiu o PIB quando se casou com a empregada, que então deixou de receber salário.

O que se está dizendo agora é que o PIB que se está medindo é *maior* que o "verdadeiro PIB", porque ignora o esgotamento de recursos naturais e a degradação da qualidade ambiental. O Sistema de Contas Nacionais vigente (apresentado em 1993 conjuntamente pelas Nações Unidas, o FMI, o Banco Mundial, a OCDE e a União Européia) contém um esquema para contas econômicas ambientais, explicitamente considerado "em elaboração". Segundo uma

das abordagens de contabilidade ambiental, é preciso deduzir do PIB as perdas ambientais causadas pela atividade econômica, sejam elas perdas de quantidade ou de qualidade dos recursos naturais (por exemplo, reservas diminuídas de minerais ou emissão de certos contaminantes), estimando um valor monetário para esses balanços de ativos físicos. Outra abordagem propõe identificar os gastos para a restauração do meio ambiente e a proteção ambiental, abatendo esses gastos do PIB. Uma terceira tenta medir a redução de bem-estar provocada por perdas ambientais.

A justificativa para apresentar uma contabilidade ambiental integrada à contabilidade econômica tradicional é a de ter uma medida de "PIB limpo", um PIB descontado de "perdas ambientais", que funcionaria como um "indicador único" do impacto ambiental da produção e do consumo. Assim como a taxa de crescimento do PIB (junto com outros dados) é usada como indicador do sucesso das políticas econômicas, esse indicador serviria também para avaliar os resultados de políticas de prudência ambiental.

O México é o país que há mais tempo tenta produzir estatísticas de PIB *menos* perda ambiental. Segundo estimativas do Inegi, órgão encarregado da contabilidade nacional no México e responsável pelo experimento de contas nacionais "verdes", durante o período 1985-1992 esse PIB ajustado cresceu por ano, em média, 0,7% menos que o PIB "sujo" registrado pelas contas tradicionais. O Inegi concentrou o trabalho em quatro áreas que considerou de maior impacto naquele país: identificação de gastos públicos com proteção ambiental, contas de uso da terra, dos ativos de petróleo e gás natural, dos recursos florestais, dos recursos hídricos e da contaminação do ar. Seria impossível medir por ora todos os impactos, incluindo, por exemplo,

a biodiversidade ou possíveis efeitos sobre a mudança climática.

Um dos métodos para estimar em moeda o estrago ambiental é usar o custo de reparar esse estrago. Por exemplo, a erosão do solo seria medida em dinheiro pelo custo de restaurar o solo erodido. No Inegi, a estimativa se fez usando o custo dos fertilizantes e de sua aplicação, que devolveria ao solo sua capacidade nutritiva. Os valores a que chegaram foram relativamente baixos para terras ocupadas por agricultura, porque em geral essas terras estão sendo mais cuidadas; foram mais altos em áreas agropecuárias, porque pouco está sendo feito para preservar esse tipo de solo; e foram bastante altos em solos florestais, que em grande medida não estariam sendo cuidados. Já nesse caso, era preciso tomar uma decisão obviamente arbitrária, mesmo admitindo que queremos chegar apenas a um valor aproximado: restaurar até que ponto? Como se define a situação *ex-ante*? A complexidade aumenta com a tentativa de incluir os custos de irrigação para restaurar terras deterioradas.

SITUAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

Foram imensas as dificuldades e controvérsias com que os estatísticos se defrontaram na América Latina quando trataram de aplicar a metodologia para atribuir valores monetários ao meio ambiente. Uma semana de reunião na Cepal foi insuficiente sequer para apresentá-las. Por exemplo, tem sido sugerido que para se obter um valor monetário para o dano ambiental deve-se usar o gasto necessário para se defender desse dano, como gastos em saúde, ou gastos para mudar de lugar de residência. O gasto total de tratamento de doenças respiratórias tem aumentado em cidades poluídas como México, Santiago ou São Paulo. Mas, quando esse aumento de custo é usado como *proxy* para o prejuízo causado pela contaminação do ar, a verda-

de é que a relação de causalidade não pode ser separada de outros fatores que influenciam a saúde, inclusive genéticos. Assim, sempre se poderá questionar o valor monetário a que se chegou.

A contabilidade "verde" está apenas engatinhando, não só na América Latina, mas alhures também. Além de sujeita a controvérsias, a metodologia muitas vezes não pode ser aplicada por falta da informação de base. Por exemplo: antes de se terminar um custoso cadastro florestal, nem em termos físicos existe acordo sobre quanto desmatamento ocorre no Chile; que dizer da atribuição de valores monetários? Antes de passar a estimar os correspondentes valores monetários, é preciso montar um sistema de informações ambientais em termos físicos. Fazer estatística custa caro, eis o problema maior. Há alguém interessado em pagar por cifras de "PIB limpo"?

De qualquer modo, decisões de política ambiental não podem esperar pelo famoso indicador único das "contas nacionais verdes". Não são poucos os que consideram que para avaliar o impacto ambiental da atividade econômica é irrelevante atribuir valores monetários a bens e males ambientais diretamente. Estatísticos da Eurostat, a unidade estatística da União Européia, propuseram analisar a relação entre a economia e o meio ambiente sem obter valores monetários para o meio ambiente. A degradação dos ativos ambientais seria medida em termos físicos (tantas toneladas de resíduos tóxicos de um certo tipo, por exemplo) e relacionada com a atividade econômica medida em termos monetários. Ainda haverá muita discussão pela frente, antes de se chegar à integração de contabilidade econômica e contabilidade ambiental. ■

ARTIGO

A economia mundial em 1998: expectativas e perspectivas

por Fernando J. Cardim de Carvalho

Com a divulgação, no final de abril, das projeções preparadas pelo Fundo Monetário Internacional duas vezes ao ano, publicadas no seu *World Economic Outlook*, já se podem conhecer as expectativas de alguns dos principais participantes do sistema financeiro internacional para o ano de 1998. Entre instituições multilaterais – como o FMI, a OCDE, o BIS e grupos representativos das instituições financeiras privadas, como o Institute of International Finance (IIF), que congrega os grandes bancos de atuação internacional – firma-se a crença de que a crise se iniciou em países do Sudeste Asiático, como a Tailândia, e se espalhou para outras economias da região, entre as quais a Coreia do Sul, em função de fraquezas dos sistemas financeiros nacionais desses países. Embora tenha repercutido nos mercados cambiais, a crise teria raiz financeira: a oferta excessiva de crédito teria alimentado bolhas especulativas, além de apoiar projetos de investimento de retorno duvidoso. Descobre-se que há limites ao investimento produtivo. A excessiva propensão a poupar e a investir seria causa de desperdício, ao forçar a realização de investimentos antieconômicos. Neste raciocínio, alega-se – sem que aparentemente se perceba alguma ironia – que a solução da crise asiática será certamente mais difícil que a da crise mexicana de 1994. No México, a crise teria tido origem em um excesso de consumo que, para ser eliminado, exige apenas a cessação da oferta excedente de crédito. Já nos países asiáticos, o excesso de crédito converteu-se em máquinas e equipamentos agora inúteis, e cuja eliminação demandará prazos muito mais longos.

Uma implicação importante do diagnóstico correntemente aceito, de que a crise e sua disseminação se devem a fragilidades financeiras, é a de que países com estruturas financeiras mais sólidas estão relativamente a salvo do contágio, exceto por fenômenos imprevisíveis, às vezes irracionais, de quebra de confiança. Neste sentido, no próprio continente asiático, países como Hong Kong, Cingapura e Taiwan sofreram pressões relativamente leves, quando comparadas com o que ocorreu na Tailândia, na Coreia do Sul e, espe-

modo bastante diferenciado às ondas de choque da crise asiática, têm hoje em comum sistemas financeiros razoavelmente resistentes, marcados muitos deles pela pesada presença de bancos estrangeiros. Mesmo entre países avançados, como se verá mais adiante, a surpreendente recuperação norte-americana depois dos episódios de fins de outubro do ano passado – em contraste com a preocupante prostração japonesa – parece se dever, em grande medida, à saúde das instituições financeiras dos Estados Unidos.

nítida deterioração das expectativas do FMI para o desempenho da economia mundial. De um crescimento esperado de 4,3% em outubro do ano passado (previsão feita antes do ataque contra a moeda em Hong Kong), passa-se para uma expectativa de 3,5% em dezembro e, finalmente, para 3,1% em abril deste ano. A deterioração é amplamente explicada pelo agravamento das condições de operação das próprias economias asiáticas, mais do que por qualquer efeito de contágio. Embora a expectativa inicial de crescimento para as economias latino-americanas (que respondem por praticamente todo o grupo denominado “hemisfério ocidental” na nomenclatura do FMI) tenha se deteriorado em 1% de outubro de 1997 a abril de 1998, nota-se que a grande deterioração de desempenho é esperada para o Japão (cuja taxa prevista de crescimento passou para zero em 1998), para o grupo de “novas economias industrializadas da Ásia” (a Coreia do Sul tem especial peso na redução do crescimento esperado desse grupo, de 6% para apenas 1,8%) e nos países asiáticos em desenvolvimento (cujo crescimento previsto passou de 7,4% para 4,4%).

Notável exceção à deterioração de expectativas é o caso da economia norte-americana. Para ela, as novas projeções do FMI apontam crescimento mais intenso do que o inicialmente esperado. Além dos Estados Unidos, o FMI também espera alguma melhora no desempenho da União Européia, especialmente Alemanha e França. No caso dos Estados Unidos, a expectativa favorável se deve à firmeza da demanda interna, seja de consumo, seja de investimento, que tem sustentado o

TABELA
FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL: PREVISÕES DE CRESCIMENTO REAL PARA 1998

	Em out. 1997	Em dez. 1997	Em abr. 1998
Global	4,3	3,5	3,1
Economias avançadas	2,9	2,5	2,4
Estados Unidos	2,6	2,4	2,9
Japão	2,1	1,1	0,0
Alemanha	2,8	2,6	2,5
NEI*	6,0	3,6	1,8
Países em desenvolvimento	6,2	4,9	4,1
Hemisf. Ocidental**	4,4	3,5	3,4
Ásia	7,4	5,7	4,4

Fonte: FMI, *World Economic Outlook*, outubro de 1997, dezembro de 1997 e abril de 1998. * Novas Economias Industrializadas Asiáticas (Coreia, Hong Kong, Cingapura e Taiwan). ** Compreende as Américas do Sul e Central.

cialmente, na Indonésia, onde a corrupção e o nepotismo parecem ter minado de forma aparentemente irremediável o sistema financeiro.

Até agora, a América Latina e outras regiões do mundo escaparam do desastre, relativamente sem ferimentos, apesar dos temores iniciais. Os países da região, que reagiram de

AS PROJEÇÕES DO FMI

A tabela mostra as taxas de crescimento previstas para 1998 para a economia global e alguns dos países mais importantes. Comparando-se as previsões divulgadas em abril com aquelas feitas em outubro do ano passado, e revisadas em caráter excepcional em dezembro, nota-se uma

ARTIGO

crescimento de sua economia e que provavelmente será capaz de compensar a redução esperada de exportações para o Leste da Ásia. O coeficiente de exportações norte-americanas para a região é baixo, embora para alguns setores, como o de produção de aeronaves, o Sudeste da Ásia seja um mercado importante. Por outro lado, o barateamento das importações daquela região, embora contribua para agravar desequilíbrios comerciais já bastante significativos, poderá ter um papel positivo no futuro imediato, já que contribui para reduzir possíveis pressões inflacionárias que poderiam conduzir o Federal Reserve a aumentar as taxas de juros. A redução contínua das taxas de desemprego para os menores níveis alcançados nos últimos 24 anos, enquanto a taxa de inflação atinge o menor nível em 32 anos, mostra-se particularmente surpreendente. Entre os muitos fatores que podem explicar esta situação estão os ganhos de produtividade resultantes da onda sustentada de investimentos nos anos 90, que tem permitido reduzir o custo da mão-de-obra apesar do aumento continuado dos salários. Além disso, o equilíbrio fiscal, atingido recentemente, contribui para manter relativamente baixas as taxas de juros, enquanto a assincronia dos ciclos expansivos norte-americano e do resto das economias avançadas tem permitido manter estáveis ou em queda os preços das matérias-primas. Naturalmente, esta feliz conjunção de fatores não durará para sempre e nem está livre de criar distorções, como o pesado desequilíbrio da balança comercial. De qualquer modo, há ampla concordância de que é relativamente improvável qualquer mudança mais drástica de trajetória no futuro imediato. Mesmo as projeções feitas pela OCDE (*The OECD Observer* 210, fevereiro/março de 1998), mais pessimistas que as do FMI, ainda apontam um crescimento de 2,7% para os Estados Unidos em 1998.

O segundo temor com relação ao futuro da economia norte-americana refere-se ao ímpeto aparentemente irrefreável do mercado de ações daquele país. A queda de cota-

ções ocorrida em seguida ao ataque à moeda de Hong Kong, em outubro do ano passado, mostrou-se passageira. Depois de um breve período de hesitação, foi seguida por novo impulso à alta, com os índices de preços de ações quebrando recordes em cada pregão. O comportamento deste mercado tem se constituído em um enigma, tanto para analistas quanto para autoridades. Já se vão mais de um ano e mais de mil pontos no índice Dow-Jones desde a advertência de Alan Greenspan, do Federal Reserve, contra a "exuberância irracional" do mercado de ações. Novamente, muitas hipóteses são

"Continua a haver excesso de liquidez nos mercados internacionais de capitais e baixas taxas de juros nos países avançados, o que estimula aplicações com retorno e riscos maiores."

apresentadas para explicar esse comportamento, como o reforço à demanda de papéis por parte de investidores institucionais, como fundos de pensão. Na mesma direção, contribuem para a sustentação da atividade nas bolsas a redução das taxas de juros de longo prazo. Por outro lado, a relação entre preços e ganhos esperados se mostra claramente desfavorável à aquisição de ações, a não ser que os compradores alimentem expectativas de retornos maiores no futuro do que aqueles obtidos no passado.

O maior receio criado pela expansão continuada dos mercados de ações norte-americanos é que se esteja vivendo uma bolha especulativa como a que marcou a bolsa de Tóquio nos anos 80 e cujo estouro é uma das causas mais importantes da prolongada crise da economia japonesa. Este risco, no entanto, é relativamente pequeno. O crescimento do valor dos papéis tem contribuído para sustentar a demanda por bens de consumo nos Estados Unidos, através do tradicional efeito-riqueza. No entan-

to, a amplitude deste efeito é discutível, não surgindo como elemento particularmente relevante nos estudos que têm sido feitos sobre a demanda de consumo naquele país. Por outro lado - e este é um fator certamente muito mais importante -, ao contrário do Japão, o sistema financeiro norte-americano, por imposições legais, é relativamente pouco exposto a flutuações do mercado de ações. Com efeito, a lei Glass-Steagall restringe drasticamente operações de bancos comerciais com papéis privados, de modo que mesmo uma "correção" de rumos mais dramática em Wall Street dificilmente teria sobre

o sistema financeiro norte-americano o mesmo efeito paralisante que teve no Japão, onde um mau desempenho prolongado do mercado de ações ameaça a própria solvência do sistema bancário, já que parte de seu capital é constituído por ações de empresas negociadas em bolsa.

A sustentação do crescimento da economia americana pela firme demanda interna se repete apenas parcialmente nas principais economias européias. Em particular, a recuperação econômica da Alemanha e da França, verificada em 1997, foi explicada principalmente pelo desempenho de suas exportações. Este traço as torna, naturalmente, mais expostas a uma contração do comércio internacional que possa resultar da crise asiática. As expectativas com relação ao desempenho desses países se mostram mais dispersas, com a OCDE apostando em consolidação da retomada na União Européia e o FMI fazendo projeções mais cautelosas.

Unânime, no entanto, é a preocupação com a economia japonesa

em todas as instituições multilaterais. Tendo sua tênue retomada abortada em 1997 pelo aumento do imposto sobre consumo adotado pelo governo no primeiro semestre, a economia japonesa recebeu novo golpe com o agravamento da crise financeira do Sudeste da Ásia, dado o elevado grau de exposição dos bancos japoneses a tomadores da região. O sistema bancário japonês vem se debatendo com a fragilidade de seus balanços desde o estouro da bolha especulativa da bolsa de Tóquio, em 1989. A procrastinação das medidas corretivas pelas autoridades japonesas, na vã esperança de uma melhora espontânea da situação, agravou a dimensão das dificuldades. Desde o início de 1997 já se acenava com a realização de reformas financeiras que deveriam recuperar o sistema, o chamado *big bang*. Caracteristicamente, poucos detalhes e cronogramas concretos dessas reformas foram oferecidos. Por outro lado, o esgotamento do recurso a políticas monetárias expansivas, na medida em que as taxas de juros caíram a níveis extremamente baixos, acabou por forçar o governo japonês a anunciar medidas expansivas de natureza fiscal, demandadas pela comunidade internacional. No entanto, também essas medidas não foram definidas com clareza até os últimos dias.

PERSPECTIVAS PARA OS PAÍSES EMERGENTES

O quadro também se apresenta diferenciado para os países emergentes, que incluem as economias com maior potencial de crescimento na América Latina e na Ásia, além dos países em transição para economias capitalistas. Por um lado, as perspectivas são pessimistas para os países mais imediatamente atingidos pela crise, como Tailândia, Malásia e, principalmente, Indonésia. Ainda na Ásia, contudo, as expectativas são muito mais brilhantes para a China, apesar de esperar-se alguma redução em seu crescimento. Novamente de forma paradoxal, instituições financeiras privadas e instituições multilaterais parecem regozijar-se da pouca exposição chinesa a movimentos de capitais que não sejam investi-

ARTIGO

mentos diretos, colocando esse país a salvo dos efeitos da reacomodação de capitais de curto prazo, que é parte causa, parte resultado da crise financeira que atingiu a região. Entre as economias emergentes das Américas, o destaque é dado para as maiores do continente: Brasil, México, Argentina e Chile. Enquanto os dois primeiros são vistos com preocupação, os últimos são considerados particularmente seguros. Entre os países em transição, a Rússia gera apreensão, confirmada pelos acontecimentos de maio.

No caso do Brasil, a rapidez da reação do governo frente à crise asiática, dobrando as taxas de juros, é vista favoravelmente pelos mercados financeiros e as instituições multila-

terais. Apesar disso, se houver demora em reverter tal situação, aparecerá uma preocupação com a redução do nível de atividade e com desequilíbrios fiscais resultantes da alta de juros. Há riscos, mas as apostas permanecem favoráveis à economia brasileira nos círculos financeiros internacionais, em função de suas perspectivas de crescimento a mais longo prazo e, principalmente, de seu programa de privatizações.

Segundo o Institute of International Finance, que é uma associação de bancos internacionais, a oferta de recursos financeiros para países emergentes refletirá esta diversidade de perspectivas. Em análise divulgada no final de abril, o IIF esti-

mou a oferta de financiamento externo privado líquido a países emergentes em 1997 em cerca de US\$ 232 bilhões, comparado ao alcançado em 1996, US\$ 295 bilhões. Esta redução é inteiramente explicada pela queda de financiamentos de bancos comerciais, que passam de US\$ 103 bilhões em 1996 para US\$ 4,2 bilhões negativos em 1997. A expectativa do IIF é de manutenção dos fluxos privados de capitais para os países emergentes, mas com *spreads* elevados, já que, segundo a instituição, a redução verificada nos últimos anos teria ido

muito além do justificável pelos riscos representados pelos países emergentes. Os fatores fundamentais para explicar a queda no passado recente seriam o excesso de liquidez nos mercados internacionais de capitais e as baixas taxas de juros nos países avançados, o que induziria os investidores a aumentar a oferta de recursos a tomadores mais arriscados. Vale notar que estes fatores persistem, permanecendo o estímulo para que ofertantes de recursos busquem aplicações de maiores risco e retorno. ■

Fernando J. Cardim de Carvalho é professor do Instituto de Economia da UFRJ e editor-adjunto do *Boletim de Conjuntura* do IE-UFRJ. A versão completa deste artigo está no número 18 (1) do *Boletim*, de abril de 1998.

SIMPÓSIO

XVII SINCE – Simpósio Nacional de Conselhos Regionais de Economia

O CORECON reunirá no Paraná, de 1º a 4 de setembro, economistas de todas as regiões no XVII Simpósio Nacional de Conselhos Regionais de Economia, onde grupos de trabalho discutirão propostas relacionadas à desregulamentação das profissões e estrutura do sistema COFECON/CORECONS; financiamento à infra-estrutura; formação do economista e mercado de trabalho.

Na abertura do evento, marcada para às 19 horas de 1º de setembro, será entregue o VIII Prêmio Paraná de Economia. Em seguida, começará a palestra inaugural sobre infra-estrutura e desregulamentação. No dia 2, pela manhã, serão abertas as inscrições para os grupos de trabalho, cujas atividades terão início às 14 horas, com a participação de pelo menos dois expositores. O dia terminará com a palestra sobre mercado de trabalho. A manhã do dia 3 será reservada para a relatoria dos grupos de trabalho e reuniões extraordinárias. Os grupos voltam a se reunir a partir das 14 horas para a apresentação e discussão dos seus relatórios. No final do dia será apresentada a palestra *Estado: base para o desenvolvimento*. As conclusões dos grupos de trabalho serão divulgadas na manhã do dia 4. À tarde, haverá a plenária final. Os nomes dos expositores e outras informações serão dadas na próxima edição do JE.

FAIXA LIVRE

FAIXA LIVRE é um programa independente, de análise econômica e política, que vai ao ar de segunda a sexta-feira na Rádio Guanabara-Bandeirantes (1360 KHZ), de 7:30 às 9 horas. Apresentado por Alvaro Queiroz e Ricardo Bueno, o programa conta com colunistas de projeção nacional e é apoiado pelas entidades representativas dos economistas no estado do Rio de Janeiro – Corecon-RJ, IERJ e Sindecon, além de diversas outras sindicais e profissionais. Se você quiser participar e emitir sua opinião, ligue para 220-1360. No FAIXA LIVRE a liberdade de imprensa não é um mero slogan, mas, sim, uma prática cotidiana.

Evento Internacional de Economia 98

“El Desarrollo Sostenible, la Equidad y la Competitividad” é o tema central do **Evento Internacional de Economia 98**, que será realizado nos dias 1, 2 e 3 de julho no **Palácio das Convenções de Havana, Cuba**, promovido pela Associação de Economistas da América Latina e do Caribe e pela Associação Nacional de Economistas. Abaixo relacionamos alguns assuntos que serão abordados:

- Los Procesos de Globalización y las Políticas de Adaptación.
- Los Ajustes y Reformas Económicas
- Flexibilización del Mercado Laboral
- Sistemas Contables, Financieros y de auditoría
- La Formación de Bloques Regionales: Retos y Perspectivas en el Comercio Mundial
- La Formación de Economistas y Contadores

INFORMAÇÕES SOBRE O EVENTO:

Linda Ivón Montañes León
Tel. (537) 24-9461. FAX: (537) 22-3456.
E-Mail: anec@ceniai.inf.cu.

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Agência de Viagens Sanchat Tour
Tel. 011 239 6466 - Fax: 011 238 8859

FIQUE POR DENTRO

VALOR REFERENCIAL DE HONORÁRIOS: O VRH está fixado em R\$ 0,70 (setenta centavos de Real) para o mês de junho.

DEBATE BRASIL

Debate Brasil está no ar desde fevereiro. O programa patrocinado pelo Conselho Regional de Economia do Estado do Rio de Janeiro e pela Associação dos Engenheiros da Petrobras é exibido todos os sábados a partir das 18 horas, no canal 15 da NET (Vinde TV), com direito a reprise aos domingos às 17 horas.

Já são 14 programas que compõem um rico painel da realidade econômica, política, social e cultural do Brasil. A lista completa da programação é apresentada a seguir, inclusive dos programas que serão exibidos nas duas primeiras semanas de junho.

As fitas estão à disposição dos interessados na videoteca do Corecon. Para obter informações basta ligar para (021) 224-0578 e falar com Ester. A relação dos programas pode ser obtida também pelo E-mail coreconrj@ax.apc.org ou pelo fax (021) 2210958.

PROGRAMA

Programa A

- De olho no futuro

Evandro Lins e Silva

Tema: *Globalização e estados nacionais*

- Conjuntura

Reinaldo Gonçalves - UFRJ

Tema: *Balanco de Pagamentos e Dívida Externa*

- Contraponto

Ricardo Maranhão (Aepet) x Márcio Fortes (dep. federal/PSDB)

Tema: *O futuro da Petrobras após o fim do monopólio*

Programa B

- De olho no futuro

Carlos Lessa - UFRJ

Tema: *Identidade Nacional e Projeto de Desenvolvimento*

- Conjuntura

Maria José Cyhlar Monteiro - FGV

Tema: *Agricultura brasileira: mercado interno x culturas de exportação.*

- Contraponto

Luis Pinguelli Rosa (Coppe/UFRJ) x José Drummond Saraiva (Ass. Funcs, da Eletrobrás)

Tema: *Privatização do setor elétrico, uma aposta perigosa?*

A relação dos participantes dos demais programas compreende os seguintes convidados, até o final de maio:

Programa 1

- De olho no futuro

Teotônio dos Santos - sociólogo UFF

Tema: *Economia Mundial: perspectivas de um novo ciclo longo de crescimento*

- Conjuntura

Luiz Carlos Delorme Prado - Cofecon

Tema: *Contas externas do Brasil*

- Contraponto

Francisco de Oliveira (IPEA) x Sulamis Dain (UERJ)

Tema: *Reforma da Previdência*

Programa 2

- De olho no futuro

Juíza Salete Macalós

Tema: *Relações capital-trabalho e propostas de desmonte da legislação social*

- Conjuntura

João Paulo de Almeida Magalhães - IERJ

Tema: *Modelo alternativo de desenvolvimento - uma proposta não-liberal*

- Contraponto

Marcos Dantas (Fittel) x Arolde de Oliveira (dep. federal/PFL)

Tema: *Política nacional de telecomunicações*

Programa 3

- De olho no futuro

Aloisio Teixeira - UFRJ

Tema: *Modelo neoliberal e futuro da universidade pública*

- Conjuntura

Renée Armand Dreyfuss - Coppe/UFRJ

Tema: *Armadilhas da globalização.*

- Contraponto

Maurício Lobo (sec. de Meio Ambiente do município do Rio de Janeiro) x Francisco Rodrigues (dep. federal/PTB)

Tema: *Destruição ambiental na região amazônica*

Programa 4

- De olho no futuro

Carlos Alberto Cosenza - UFRJ

Tema: *Brasil: riscos de uma crise estrutural*

- Conjuntura

Ademar Mineiro - CORECON-RJ

Tema: *Crise asiática e seus reflexos no Brasil*

- Contraponto

Antenor de Barros Leal (Firjan) x José Lopes Feijó (CUT-SP)

Tema: *Desemprego: culpa da globalização ou da política econômica?*

Programa 5

- De olho no futuro

Jamil Haddad - PSB

Tema: *A saúde pode sair da UTI?*

- Conjuntura

Paulo Nogueira Batista Junior - FGV/SP

Tema: *Desequilíbrios externos e política cambial*

- Contraponto

Emb. Samuel Pinheiro Guimarães

Instituto de Pesquisas e Relações Internacionais do Itamaraty

Tema: *ALCA: riscos para o Brasil e para o Mercosul*

Programa 6

- De olho no futuro

Candido Mendes - Univ. Candido Mendes

Tema: *Socialdemocracia x liberal democracia, duas opções para FHC*

- Conjuntura

Nelson Le Cocq

Tema: *Endividamento interno e desequilíbrio das contas públicas.*

- Contraponto

Paulo Passarinho (Sintrasef) x Lauro Vieira de Faria (Conjuntura Econômica-FGV)

Tema: *Bases para a Reforma do Estado brasileiro.*

Programa 7

- De olho no futuro

Fernando Siqueira - Aepet

Tema: *Petróleo: abertura econômica e utilização das reservas brasileiras.*

- Conjuntura

Eduardo Chuai - PDT

Tema: *Tarifas públicas: evolução pós-Plano Real*

- Contraponto

Carlos Heitor Cony

Tema: *Ameaças à democracia no Brasil dos anos 90*

Programa 8

- De olho no futuro

Antônio Maria da Silveira - FGV

Tema: *Propostas para um programa de renda mínima*

- Conjuntura

José Clemente de Oliveira - Corecon-RJ

Tema: *Bases para uma política industrial*

- Contraponto

Eloy Garcia (Fiocruz) x Paulo Pinheiro (PPS)

Tema: *Saúde pública: desperdício ou escassez de recursos?*

Programa 9

- De olho no futuro

Francisco Carlos Teixeira da Silva - UFRJ

Tema: *Cultura brasileira nos anos 90*

- Conjuntura

Ricardo Varsano - IPEA

Tema: *Propostas para uma reforma tributária*

- Contraponto

Wanderley Guilherme dos Santos -

Universidade Candido Mendes

Tema: *Congresso Nacional - uma instituição injustiçada?*

Programa 10

- De olho no futuro

Candido Grzybowski - Ibase

Tema: *Modelo neoliberal e questão social*

- Conjuntura

Amilcar Pereira da Silva Filho - Instituto

Brasileiro do Petróleo

Tema: *Bases para a reestruturação da indústria petroquímica brasileira*

- Contraponto

Alba Zaluar - UERJ

Tema: *Violência, criminalidade e tráfico de drogas*

Programa 11

- De olho no futuro

José Murilo de Carvalho - UFRJ

Tema: *Instituições públicas: em quem confia o cidadão brasileiro?*

- Conjuntura

Regis Alimandro - FGV

Tema: *Café, perspectivas para 98 e 99*

- Contraponto

Luiz Carlos Maciel

Tema: *Maião de 68: o sonho realmente acabou?*

Programa 12

- De olho no futuro

Pedro Motta Veiga - Funcex

Tema: *Perspectivas para o crescimento das exportações brasileiras*

- Conjuntura

José Cláudio Ferreira - Universidade Candido Mendes

Tema: *Câmbio, a desvalorização em questão*

- Contraponto

Leonilde Medeiros (UFRRJ) x Esdras do Nascimento (escritor)

Tema: *Seca no Nordeste, drama sem solução?*

Nos dias 6 e 13 de junho irão ao ar os seguintes programas;

Programa 13

- De olho no futuro

Edson Nunes - Univ. Candido Mendes

Tema: *As avaliações do Banco Mundial sobre mercado e Estado*

- Conjuntura

João Sabóia - UFRJ

Tema: *Mercado de trabalho no Brasil*

- Contraponto

Waldyr Pires

Tema: *Bases para a rebelião democrática*

Programa 14

- De olho no futuro

Vera Silvia Magalhães

Tema: *A luta armada vista 30 anos depois*

- Conjuntura

Regis Bonelli - IPEA

Tema: *Política Industrial e abertura econômica*

- Contraponto

Francisco Meneses - Ibase

Tema: *Política de segurança alimentar*

Não deixe de assistir

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

Neste mês, a Coluna traz algumas novidades em relação ao orçamento do Rio e à atuação do FORUM. Saiba tudo sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 1999, enviada à Câmara, e sobre a volta do remanejamento do 20%, aprovado pelos vereadores cariocas. Saiba também o que é o caderno "Cidadania no Orçamento", que o FORUM lançará em junho, e onde acontecerá a apresentação do Teatro do Oprimido que terá como tema o orçamento.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS A ESCOLHA DO SOCIAL

A Lei de Diretrizes Orçamentárias foi criada pela constituinte de 1988, e, apesar de ser muito pouco comentada, é um elemento central na definição de políticas públicas. É a tradução, em forma de leis, do discurso político, e sua elaboração pode determinar quem será beneficiado com os recursos do orçamento.

A LDO deveria ser um instrumento do processo do planejamento municipal, por força da Lei Orgânica carioca. São três os seus objetivos principais: a definição das metas e das prioridades da administração pública para o exercício seguinte, a orientação da elaboração da lei orçamentária anual e a disposição das alterações tributárias precaução necessária em função da interferência na estimativa das receitas.

Entretanto, apesar de já existir há quase dez anos, as LDOs dos últimos governos cariocas não seguem esses objetivos. Os projetos de LDOs enviados para a Câmara Municipal pelo atual prefeito, Luiz Pauló Conde, não apresentam novidades às LDOs formuladas por seus antecessores - um hábito muito comum na história da legislação brasileira. A consequência é uma repetição dos mesmos "erros" originais frutos muitas vezes da inexperiência.

Infelizmente, esses projetos não cumprem as determinações constitucionais, e, ao invés de traduzir prioridades, listam toda e qualquer ação governamental. Tal procedimento não define metas e dificulta o debate sobre as opções políticas escolhidas. Dessa forma, podemos concluir que o projeto de LDO para 1999, já aprovado pela Câmara em 1ª votação, a exemplo de outros, pouco serve para o planejamento governamental.

Nós, do Fórum Popular do Orçamento, achamos que a discussão sobre o orçamento é muito importante para a população da cidade do Rio de Janeiro. O orçamento não é da prefeitura nem da Secretaria Municipal de Fazenda, mas dos cidadãos do Rio.

A discussão da LDO é, portanto, um momento privilegiado para interferirmos na escolha dos objetivos da ação governamental. Assim sendo, estamos elaborando propostas onde o social é a "prioridade das prioridades", e a melhoria da qualidade de vida do cidadão carioca é o objetivo principal. Também estamos propondo, na Câmara Municipal, dispositivos que procuram aumentar a transparência da peça orçamentária, além, é claro, da proposta de participação popular na sua elaboração.

O detalhamento e, provavelmente, o resultado dessas propostas será publicado no próximo número.

Cidadania no Orçamento

O FORUM estará lançando, neste mês de junho, o caderno "Cidadania no Orçamento". Temas como Lei Orçamentária, orçamento participativo, garantias legais para a participação popular são tratados no caderno de maneira simples e direta. "Cidadania no Orçamento" é uma tentativa de democratizar o acesso à informação sobre a matéria orçamentária. O cartunista Chico Caruso, do jornal "O Globo", assina a ilustração da capa.

Rio de Janeiro, 26 de maio de 1998

Carta aberta aos Exmos. Srs. Vereadores da Câmara Municipal do Rio de Janeiro

Exmos. Srs. Vereadores,

Com muito pesar, assistimos à aprovação da proposta da Prefeitura Municipal (Projeto de Lei Nº 727/98), que anulou o Art. 8º do Orçamento Municipal. O recuo dessa egrégia Casa Legislativa, revendo posição anterior sobre a autorização de abertura de crédito suplementar para a Prefeitura e restaurando a margem de 20% sobre o total do orçamento, é, sob qualquer ponto de vista, injustificável e inaceitável.

Hoje, haja visto a própria manifestação popular alcançada no Orçamento Cidadão, realização desta Casa, está claro para expressivas parcelas da sociedade carioca a insustentabilidade de uma margem abusiva de remanejamento. Como é de vosso conhecimento, a autorização para abertura de crédito suplementar trata-se de um mecanismo de correção de possíveis erros na estimativa de receita e fixação de despesa, não se justificando, assim, sua deformação, transformando-o em instrumento do Executivo Municipal para (re)priorizar arbitrariamente os gastos públicos.

A decisão tomada é uma infeliz e patética revelação da tradicional subserviência do Poder Legislativo ao Executivo. No Brasil, sempre foi comum o Executivo buscar a aprovação de suas propostas mediante a tutela, a subordinação e o amesquinamento do Poder Legislativo, substituindo o diálogo, que pressupõe a autonomia dos poderes, pela cooptação via troca de favores. Ao que parecia, no caso do Legislativo carioca, esse pacto perverso havia se enfraquecido. Mas, qual nada, ao invés de representar uma aposta democrática, a recusa inicial de alguns vereadores da alta margem de remanejamento parece ter sido motivada por interesses inconfessáveis. No caso do remanejamento, esse servilismo é ainda mais perverso, pois parlamentares abriram mão do seu poder de legislar em favor da total liberdade de ação para a Prefeitura. Lembremos que, nas eleições, o voto permite aos eleitores revogarem o mandato de representantes que se comportam em desacordo com os interesses que devem representar. No caso desses vereadores, a invalidação de seus mandatos de modo algum surpreenderia, já que eles mesmos renunciaram ao seu poder de representação.

VOTARAM A FAVOR DO REMANEJAMENTO: Agnaldo Timóteo, Alexandre Cerruti, Áureo Ameno, Carlos de Carvalho, Chico Aguiar, Domingos Brazão, Eduardo Paes, Ely Patrício, Gerson Bergher, Ibraim Hannas, Índio da Costa, Ivan Moreira, Janualdo Borges da Mardil, Jorge Leite, Jorge Mauro, Jorge Pereira, Leila do Flamenigo, Luís Carlos Aguiar, Mattos Nascimento, Paulo Cerri, Rogéria Bolsonaro, Romualdo Boaventura, Rosa Fernandes, Ruy Cezar, S. Ferraz, Waldir Abrão e Wilson Leite Passos.

VOTARAM CONTRA O REMANEJAMENTO: Antônio Pitanga, Edson Santos, Eliomar Coelho, Fernando William, Gilberto Palmares, Jorge Bittar, Jurema Batista, Lysâneas Maciel e Otávio Leite.

AUSENTES: Aluísio Freitas, Lucinha e Nestor Rocha.

IMPEDIDO DE VOTAR: Sami Jorge (Presidente).

Fonte: Diário da Câmara Municipal, ano XXII, nº 86 e 90.

Atenciosamente,

**FORUM POPULAR DO ORÇAMENTO DO RIO
ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DA ZONA SUL**

Centro do Teatro do Oprimido

Como debater com a população um tema complicado como o Orçamento? Como levar as pessoas a discutir e a participar? Esses são desafios aceitos pelo Centro do Teatro do Oprimido, que ajudam justificam sua parceria com o Fórum Popular do Orçamento.

A manifestação acontecerá na Cinelândia, no dia em que estiver sendo votada a Lei Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 1999, e servirá como um meio de pressionar os vereadores. Essa primeira apresentação será feita por moradores de Brás de Pina, que já trabalham com o Teatro do Oprimido em sua comunidade com temas como a saúde e a mulher.

SEMINÁRIO

Desemprego: desafios e perspectivas na virada do século

DIAS: 01 e 02 de setembro/98

LOCAL: Auditório Pedro Calmon - UFRJ
Av. Pasteur, 250 - Rio de Janeiro

INFORMAÇÕES/INSCRIÇÕES:

Corecon-RJ, tel: 224-0578, fax: 509-8121

O desemprego tornou-se um dos principais desafios no final do século XX. Na busca pela estabilização macroeconômica dos mais diversos países, as políticas priorizando a obtenção do pleno-emprego foram deixadas em segundo plano e o preço tem sido o crescimento do desemprego.

Para agravar a situação, o processo de globalização aumentou a competição entre empresas, levando-as à introdução de novas técnicas de gestão da produção, com enorme crescimento da produtividade do trabalho.

Qual a relação entre globalização e desemprego? Pode a flexibilização do mercado de trabalho ser a solução para enfrentar o desemprego? As experiências descentralizadas de geração de emprego podem representar uma alternativa?

Para discutir estas e outras questões relativas ao desemprego na passagem para o novo milênio, as entidades promotoras deste evento organizaram o Seminário: "Desemprego: Desafios e Perspectivas na Virada do Século", convidando especialistas nacionais e estrangeiros para uma troca de experiências e aprofundamento deste tema de grande relevância e atualidade. No próximo número divulgaremos o programa completo.

PROGRAMA PRELIMINAR

01 de setembro

08:30 horas
CREDENCIAMENTO

09 horas

Para a Solenidade de Abertura pretendemos convidar o Ministro do Trabalho, Edward Amadeo, o Presidente da FIRJAN, Eduardo de Gouveia Vieira, e o Presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva.

10 horas

MESA 1: GLOBALIZAÇÃO, MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA E DESEMPREGO

12 horas

Almoço

14 às 16 horas

MESA 2: FLEXIBILIDADE: SOLUÇÃO OU PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

16 às 16:15 horas

Intervalo (café)

16:15 às 18:15 horas

MESA 3: PRODUTIVIDADE E EMPREGO INDUSTRIAL

02 de setembro

09 às 12 horas

MESA 4: EXPERIÊNCIAS DESCENTRALIZADAS DE GERAÇÃO DE EMPREGO

12 às 14 horas

Almoço

14 às 17 horas

MESA 5: DESIGUALDADES REGIONAIS E POLÍTICAS DE EMPREGO

COMISSÃO DE PROGRAMA:

- Adhemar dos Santos Mineiro (CORECON)
- Cláudio Salm (IE/UFRJ)
- João Sabóia (IE/UFRJ)
- Luiz Antônio Elias (COFECON)

PROMOÇÃO:

- CORECON-RJ
- IERJ
- SINDECON
- INSTITUTO DE ECONOMIA - UFRJ
- ABET
- CLUBE DE ENGENHARIA

APOIO:

- DIEESE, COFECON

ADVOGADO DE PLANTÃO

As entidades representativas dos economistas no estado do Rio de Janeiro - Corecon-RJ, Sindecon e IERJ - oferecem assessoria jurídica a quem estiver quite com sua anuidade. O Dr. Carlos Boechat está à disposição dos economistas às segundas-feiras, das 10h às 13h, na sede do Sindicato (Rua Treze de Maio 23, grupo 1608, tel. 265-2535) ou na do Corecon (Av. Rio Branco 109, 19º andar, tel. 224-0578), de forma alternada. Com este serviço, amplia-se o leque de atividades prestadas aos associados. Os profissionais poderão solicitar atendimento nas áreas trabalhista (reclamações, cautelares, recursos, análises em geral, causas previdenciárias) e administrativa: defesa, recursos e consultas em geral.

Como aderir e navegar na Internet

Os associados do Corecon-RJ, Sindecon e IERJ podem aderir ao sistema AlterNex, do Ibase. O Conselho Regional de Economia firmou contrato com a empresa e está oferecendo condições favoráveis: 30 horas mensais por apenas R\$ 35,00, mais taxa de inscrição no valor de R\$ 30,00. Para tanto, basta solicitar e entregar na sede do Corecon-RJ (Av. Rio Branco 109, 19º andar, Secretaria de Assuntos Institucionais, tel. 224-0578) um formulário para efetuar o cadastro e aguardar o retorno do provedor que enviará as informações necessárias para o acesso. A fração de hora excedente custa R\$ 2,00.

CADASTRAMENTO

GUIA DE CONSULTORES

Como anunciamos anteriormente, estamos cadastrando economistas que atuam nas áreas de consultoria, perícia e auditoria, com o objetivo de publicarmos um Guia de economistas consultores. Para se cadastrar basta ter registro no Conselho, estar em dia com as anuidades e preencher uma ficha em nossa sede. É bom ressaltar que a publicação dará prioridade aos profissionais que estejam, efetivamente, atuando nas áreas citadas. Para mais informações e detalhes sobre o formulário, procurar a Secretaria de Registro e Fiscalização do CORECON.

ENTREVISTA

MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES

Queremos ser uma nação democrática e multirracial

Deputada federal pelo PT-RJ, Maria da Conceição Tavares continua a ser, antes de tudo, cidadã e professora. Poucos vivenciaram tão de perto, como ela, os acontecimentos mais marcantes do Brasil e da América Latina nas quatro últimas décadas, e poucos acumularam uma reflexão tão rica sobre os nossos problemas. Nesta entrevista ao *Jornal dos Economistas*, a professora emérita do Instituto de Economia da UFRJ fala sobre as grandes tendências do capitalismo contemporâneo e diz: "Justamente quando aquilo que Marx previu está ficando mais claro, a malta repete que Marx está ultrapassado! Sua análise do capitalismo nunca esteve tão evidentemente correta." Quanto ao Brasil, afirma: "O projeto é o da luta. Nosso papel é resistir, submeter a economia à política. Com qual bandeira? Todas as dos últimos duzentos anos! Não basta?"

JORNAL DOS ECONOMISTAS – *Quais são seus pontos de partida para analisar a situação atual?*

MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES – Desde de 1984, tenho adotado o ponto de partida de que é impossível trabalhar em economia política sem ligar duas peças fundamentais: o poder e o dinheiro. Quanto ao Brasil, permaneço adotando a hipótese – cepalina e terceiro-mundista – de que somos um país inserido de forma dependente na ordem internacional.

J.E. – *Que ordem é esta?*

MARIA DA CONCEIÇÃO – Nos anos 70 e 80, a partir da derrota no Vietnã, do rompimento do padrão monetário e da perda de competitividade na área econômica, falava-se muito no fim da hegemonia americana. Estava na moda discutir quem seria o sucessor dos Estados Unidos. Uns diziam que seria o Japão, por causa do seu poderio tecnológico; outros diziam que não teríamos mais impérios, mas sim uma situação de hegemonia compartilhada. Em 1984, já estava claro para mim que caminhávamos para a reafirmação da velha

hegemonia, com uma Pax Americana. Foi o que aconteceu.

J.E. – *Quais as conseqüências dessa reafirmação?*

MARIA DA CONCEIÇÃO – A hegemonia consentida, vigente durante a Guerra Fria, deu lugar a um sistema imperial, pois não há mais inimigo visível que crie um contrapeso. Não estamos mais na situação em que os Estados Unidos usavam dois ex-inimigos derrotados – a Alemanha e o Japão – para fazer frente a outro império. O fim da União Soviética e o domínio financeiro do dólar conduziram o mundo a uma situação unipolar. Não estou me referindo a um controle monetário por parte do dólar, pois não há mais sistema monetário internacional. Refiro-me ao fato de que os Estados Unidos têm o poder de arbitrar o jogo das moedas da Tríade, definindo quanto vale o dólar diante do marco e do iene. Eles podem valorizar ou desvalorizar sua moeda e sempre ganhar a parada. Os outros não conseguem enfrentar o jogo de igual para igual. Essa assimetria ocorre não apenas no domínio do dinheiro, mas também no das armas e

da capacidade diplomática. Não sabemos por quanto tempo essa situação prevalecerá. Todo sistema imperial é mal tolerado.

J.E. – *De onde poderá partir a contestação a essa nova ordem?*

MARIA DA CONCEIÇÃO – No curto e médio prazos, o grande problema parece estar na Ásia, um espaço ainda a ser ordenado, onde, além do Japão, há uma nova potência emergindo. É algo absolutamente excepcional, pois não se constroem potências com facilidade. Não há potência nova no mundo desde a metade do século XIX. Pela primeira vez, a China está emergindo para o capitalismo. Durante o capitalismo produtivo ela não emergiu, ficou isolada. A Rússia, não: já estava incorporada ao sistema em 1914. Com o experimento bolchevique, foi desincorporada, e agora volta, com uma espécie de acumulação primitiva que destrói um império que levou mil anos para ser construído.

O caso chinês é diferente. A China se incorpora ao movimento expansivo do capital na sua

forma mais avançada, e agora não se trata de uma incorporação submetida, como ocorreu durante a hegemonia britânica. Nessa fase anterior, as grandes civilizações da China e da Índia tiveram seu potencial produtivo, tecnológico e cultural destruído. Permaneceram isoladas. Agora, o território chinês se incorpora à esfera do capital mundializado, mas de forma não submissa. Isso altera o espaço da acumulação. Em paralelo, a informação instantânea altera o tempo da acumulação também.

J.E. – Você considera que estamos diante de mudanças qualitativas no sistema capitalista mundial? Quais os limites desse processo?

MARIA DA CONCEIÇÃO – O velho Marx avisou duas coisas: o capital fictício [D-D'] ia inviabilizar o capitalismo, e está inviabilizando. Outro caminho de inviabilização viria com o enfraquecimento da capacidade de o capital sugar valor do trabalho. Isso também está aí. Neste momento, o capital precisa cada vez menos do trabalho. O trabalho está ficando "livre", o que em nossa sociedade significa marginalidade e exclusão. A sociedade vai ter que se organizar de outra maneira.

Os fundamentos do capitalismo estão sendo roídos por dentro. O dinheiro não tem mais poder liberatório. Ninguém pode cobrar os trilhões que estão circulando por aí, pois eles são fictícios. Ninguém sabe quanto vale um dólar, ora vale 50% a mais, ora 50% a menos. Fazem-se desvalorizações de 100%. Não são desvalorizações competitivas, são expressões de uma crise financeira do tamanho de um bonde.

É fantástico: justamente quando aquilo que Marx previu está ficando mais claro, a malta repete que Marx está ultrapassado! Sua análise do capitalismo nunca esteve tão evidentemente correta. Nunca foi tão óbvio que o capital não tem limites nem fronteiras. Não estou falando do capital financeiro orgânico do Hilferding, nem do capital financeiro do Hobson, embora eles estejam aí. É evidente que há ligação entre bancos e multinacionais. Mas, além disso, as multinacionais também passaram a ser bancos, sem serem bancos. A estratégia de qualquer multinacional passou a ser: primeiro eu trato do dinheiro, da liquidez, da aplica-



FOTO: JOÃO DIAZ

"Os fundamentos do capitalismo estão sendo roídos por dentro. Ninguém pode cobrar os trilhões que estão circulando por aí, pois eles são fictícios."

ção financeira, sem o que não vou a lugar nenhum. Depois, trato das exportações, depois da tecnologia. Ao contrário do período que vai de 1930 a 1980, a estratégia das empresas não é dividir a produção, utilizando os territórios nacionais, aproveitando fronteiras e tarifas. Antes, elas entravam, eram protegidas, e aí cada mercado nacional se expandia. Havia menos comércio internacional e mais investimento direto produtivo. Agora é o contrário. Há maior expansão de um comércio internacional e intraempresas, e maior expansão do investimento financeiro, de *portfolio* e relacionado às flutuações cambiais.

J.E. – Que conseqüências isso traz?

MARIA DA CONCEIÇÃO – As séries estatísticas mostram os fluxos financeiros disparando, embaixo deles o comércio e muito mais embaixo o investimento produtivo. A face financeira-mercantil do sistema é enorme. A face produtiva vem bem abaixo dela, e o emprego vem lá atrás, caindo. Ou seja, esses parâmetros estão abrindo na forma de um leque, estilhaçando a compatibilidade e a convergência das formas de transformação do capital. O capital-dinheiro está indo às nuvens, mas a valorização do capital através do trabalho está secando. O trabalho está sendo rejeitado como instrumento de valorização.

J.E. – Que conseqüências isso traz para a estabilidade do sistema mundial?

MARIA DA CONCEIÇÃO –

Provoca um efeito regressivo. O capitalismo arreventou os países de desenvolvimento intermediário e não parece interessado em recompor as mesoestruturas. Ao contrário. Está centralizando o poder, o dinheiro e o capital, e ao mesmo tempo dispensando o trabalho em toda parte do mundo. Quando os países intermediários iam relativamente bem, as elites burguesas locais toparam fazer uma teoria terceiro-mundista. Foi o sonho da Unctad, da reunião dos não alinhados, do grupo dos 77, das políticas externas independentes. Fizemos tudo isso quando estávamos crescendo, nos industrializando, no caso brasileiro de Vargas em diante. Apesar de algumas ações nitidamente subalternas, como a participação na intervenção

militar em São Domingos, mantivemos em geral uma política externa independente. No Terceiro Mundo, as nações intermediárias lideravam as mais atrasadas. Hoje, não está claro o destino dos países intermediários, e o sistema não é governável sem uma hierarquia. Um dos poucos líderes que restam no Terceiro Mundo é Mandela, mas ele tem tantos problemas internos na África do Sul que não consegue entrar no jogo global.

J.E. – No interior dessas mudanças não pode estar sendo gestado um novo modo de regulação?

MARIA DA CONCEIÇÃO – Se ele não for encontrado, vamos para o caos. A Europa, mal ou bem, deve ser regulada de novo, embora de modo conservador. Mas falta visualizar o futuro da Rússia e da Ásia, especialmente o da China e do Japão. Como poderá haver uma regulação abrangente que não inclua a Ásia? Por outro lado, por que os Estados Unidos vão buscar uma nova regulação internacional, se estão ganhando montanhas de dinheiro com isso que aí está? A não ser que sejam forçados por uma enorme crise internacional que os atinja, não haverá regulação.

J.E. – Então a hipótese de uma nova regulação passa pela da crise?

MARIA DA CONCEIÇÃO – Passa pela da crise. Sem crise não haverá novo sistema de regulação. Sem crise, acontecerá um processo caótico de fusões entre grandes empresas transnacionais e de

ENTREVISTA

"destruição não criadora", parodiando Schumpeter, de empresas e de Estados intermediários.

J.E. – Como isso afeta o Brasil?

MARIA DA CONCEIÇÃO – Hoje, somos basicamente periferia dos Estados Unidos. Através deles, nos enganchamos no sistema internacional. Quando esse sistema entra em crise, o Brasil entra em crise também, eis o cerne da teoria centro-periferia. Em períodos anteriores, porém, sempre nos enganchamos dinamicamente. Agora, aparentemente, não conseguimos mais fazer isso.

Em outras épocas, as alianças entre o poder e o dinheiro permitiram que nosso continente pudesse crescer para algum lugar, fosse de forma primário-exportadora, fosse a partir de certas indústrias que puxavam outras. Isso mudou. No período mais recente, o capitalismo tardio brasileiro, que recém-tinha completado a Segunda Revolução Industrial em fins da década de 1970, e que teria pela frente a tarefa de engatar imediatamente na Terceira Revolução, ficou desamparado pelo endividamento e a completa dependência em relação à moeda padrão. Junto com outros países da periferia, pegamos pela frente o choque da dívida externa, que nos levou à superinflação (e à estagnação da América Latina, do Leste da Europa e da África), justamente em uma década de grandes transformações sociais e políticas internas, em que retomamos a agenda democrática.

O choque da dívida nos deixou de joelhos diante dos Estados Unidos. Nosso processo de crescimento se interrompeu, nosso desenvolvimento regrediu e a acumulação capitalista que se daria na direção da Terceira Revolução Industrial ficou bloqueada. Com isso, depois de um imenso esforço, ficamos de novo retardatários em relação ao desenvolvimento tecnológico que ocorre no centro.

J.E. – E voltamos a nos endividar...

MARIA DA CONCEIÇÃO – Sim, com a particularidade de que nunca fomos – nem somos – devedores com credibilidade. Somos um país de alto risco, propício a grandes aventuras. Nosso circuito enlouquecido de endividamento sempre termina no mesmo lugar: é impossível pagar.

Não temos nenhuma das condições que Raúl Prebisch enfatizava como necessárias para superar a condição periférica: progresso técnico endógeno (ou seja, capacidade de mover com autonomia o próprio crescimento) e moeda estável e conversível. Hoje, nossa moeda está estável mas permanece não conversível. Ancorou no dólar. Não é uma peculiaridade nossa: todos os países fracos ancoraram no dólar. A bem da verdade, fizemos uma ancoragem meio deslizante, menos firme do que a da Argentina, que é liberal desde os anos 30.

J.E. – Essa reatualização da nossa condição de "retardatário" traz que tipo de conseqüências?

MARIA DA CONCEIÇÃO – Estamos em uma situação em que não aproveitamos do dinamismo mundial, que aliás se deslocou. Do ponto de vista comercial, sempre fomos "globais", estabelecendo relações com todos os continentes e regiões. Hoje, porém, nosso comércio se inclina para o circuito americano, para dentro da América Lati-



"O professor Cardoso não virou neoliberal coisa nenhuma. Não temos evidências de que tenha se tornado um idiota."

na e para o aumento das importações oriundas dos Estados Unidos. Estamos perdendo capacidade de competir nas outras áreas, onde tínhamos acesso.

Em termos geopolíticos, estamos inseridos na pior área, o quintal dos americanos. Na Ásia, as catástrofes talvez sejam maiores, mas as possibilidades também o são. Somos um país gigantesco encravado no continente dominado pelos Estados Unidos, num momento em que a Alca e as demais iniciativas da superpotência apontam para uma reatualização da Doutrina Monroe. Nossa antiga vocação para a dependência, conforme a teoria do sociólogo-presidente, se transforma em submissão. No máximo, nosso chefe de governo aspira a ser uma espécie de proconsul do império americano na parte sul do continente.

J.E. – Não é uma situação completamente nova para nós...

MARIA DA CONCEIÇÃO – O Brasil sempre conseguiu sair dessas encrascas fugindo para a frente. Atrasou-se tanto na Primeira quanto na Segunda Revolução Industrial, interrompendo seu ciclo de modernização. Está vivendo isso mais uma vez, com a liquidação de seu potencial tecnológico e de sua capacidade de manter alguma autonomia. A destruição das empresas estatais desempenha papel relevante nisso. O Brasil aceitou tornar-se um país-filial, com um mercado consumidor que se restringe e cujas dimensões estão voltando às que foram definidas durante o processo de substituição de importações. Um mercado que beneficia plenamente 5% da população, incorpora mais uns 20%, desincorpora outros 20% que se tinham incorporado precariamente e deixa os demais de fora. Agora, porém, os "de fora" também foram colocados completamente dentro da esfera mercantil. Não há hipótese de se fazer economia de subsistência nas cidades, e mesmo nas áreas rurais isso só é possível em áreas diminutas.

J.E. – Que agenda política decorre daí?

MARIA DA CONCEIÇÃO – Nossa agenda, definida na famosa década perdida, comporta os direitos do cidadão, típicos do século XVIII; a questão agrária, pendente desde a escravidão; os direitos sindicais, típicos do século XIX. Com a redemocratização, essas agendas antigas foram reativadas, pois é intolerável que não as tenhamos resolvido minimamente, nem sequer dando um pedaço de

terra a quem não tem nada. Liquidamos a ditadura para tentar virar uma nação de cidadãos, mas perdemos essa perspectiva. A aliança do dinheiro com o poder se manteve.

J.E. – Que dinheiro e que poder?

MARIA DA CONCEIÇÃO – O dinheiro e o poder dos que mandam, desta vez submetidos à política dos Estados Unidos. É claro que sempre teremos que negociar com os americanos. Mas temos de ter clareza do que queremos. Fricotes não bastam. Nesse sentido, estamos em uma situação parecida com outras, que já enfrentamos no passado. Estávamos submetidos quando a Corte portuguesa veio para cá, ou quando fizemos o acordo com os ingleses. Mas, como somos muito grandes, sempre demos um jeito de negociar o preço dessa submissão. Voltamos a fazer isso agora, com o professor Cardoso, mas estamos fazendo mal. Pois há uma novidade importante: nosso Estado está roto, rompido, não corresponde minimamente ao que se exige de um Estado no momento atual. Estamos sem bússola no meio de uma confusão mundial, olhando para tudo quanto é lado, ao sabor dos ventos, e sem Estado nacional. É uma situação muito grave. Nossa transição democrática não se completou e já apodreceu. Agora, a luta é mais dura. O grande projeto que animou a década de 1980, o projeto de nação democrática, está sufocado.

J.E. – No lugar dele, temos o projeto neoliberal...

MARIA DA CONCEIÇÃO – O professor Cardoso não virou neoliberal coisa nenhuma. Não acredita nas benesses do neoliberalismo, até porque não temos evidência de que tenha se tornado um idiota. Está gerenciando o poder que lhe toca e onde quer permanecer. Idiotas são os economistas que acompanham a maré. Os que foram de esquerda no passado, então, nem se fala: são patéticos. Não enxergam um palmo.

ENTREVISTA

J.E. – Como você vê a crise social brasileira hoje?

MARIA DA CONCEIÇÃO – O mundo não roda mais em torno do dinheiro como instrumento de troca, ou como materialização da riqueza. Ocorreu uma financeirização, no sentido de que o dinheiro passa a criar riqueza financeira. Todos os países submetidos ao capitalismo financeiro são levados a entregar para a elite rentista uma parte espantosa da renda nacional. Quando a renda cresce, 1% da população fica com 50% ou 60% de todo o incremento. Nos anos 80, isso ocorreu em toda parte: nos Estados Unidos, na Europa, no Chile, na Argentina. Para eles, trata-se de uma novidade, pois sempre foram mais homogêneos que nós. Nossa distribuição da renda é historicamente ruim, pela concentração da propriedade, pela tendência ao endividamento voltado para financiar o consumo, pelo direcionamento da capacidade produtiva para uma minoria. Nunca conseguimos incorporar a maioria sequer ao mundo dos direitos do trabalho.

No Brasil, as grandes massas nunca tiveram um destino minimamente claro – via propriedade da terra, via mercado de trabalho, via educação, que são os instrumentos mais importantes de incorporação em qualquer sociedade moderna. Todos os países centrais trataram de estimular esses caminhos de integração, não apenas para expandir os respectivos mercados internos, mas para aumentar a própria capacidade de defesa, através da formação de povos de cidadãos. A Alemanha, por exemplo, não fez reformas sociais para aumentar o mercado interno, pois sua economia já era uma potência, mas sim para que os alemães pudessem se engajar na defesa nacional como cidadãos. O mesmo pode ser dito das diversas reformas educacionais modernizantes feitas mundo afora, inclusive na América do Sul (Sarmiento na Argentina, Portales no Chile).

No momento de sua organização como nação, todos os países de capitalismo tardio do século XIX e muitas ex-colônias cuidaram da reforma agrária e da educação. Aqui, fugimos para a frente, buscando combinar em cada momento os interesses das elites regionais e algum poder nacional. No plano internacional, sempre tivemos certo raio de manobra, jogando nas brechas do sistema, como o fizeram o Barão do Rio Branco e Getúlio Vargas.

Hoje, temos o Fernando Henrique tentando operar com o Mercosul para ver se consegue melhores condições de negociação com os americanos. Resistimos mais que a Argentina e o México, que já foi engolido. Mas o aparelho do Estado nacional, que no tempo de Vargas foi fortemente modernizado, hoje não funciona bem, nem mesmo em termos operacionais.

J.E. – Seria por isso que o presidente precisa fazer uma aliança com setores retrógrados? Essa é uma condição para garantir governabilidade?

MARIA DA CONCEIÇÃO – A trajetória brasileira tradicional sempre foi a de governar internamente com os donos da terra – ou seja, o latifúndio – e do dinheiro, e ao mesmo tempo negociar com a potência dominante. Terra e dinheiro são os dois interesses permanentes no Brasil, sempre ligados ao poder. Constituem a base política dos partidos da ordem. Isso continua igual. Quem está no Congresso Nacional? Os homens da terra e do dinheiro, além de, secundariamente, algumas corporações.

J.E. – Nada de novo, então?

MARIA DA CONCEIÇÃO – Por cima, o que há de novo é que sempre havia um partido da ordem que ficava na oposição, por questões regionais. No momento, o professor Cardoso conseguiu o milagre de colocar todos os partidos da ordem no poder. Só a esquerda está fora. Pela primeira vez, nos aproximamos do bonapartismo. Nem Vargas foi bonapartista, pois teve os liberais e depois a UDN contra si. Agora, estamos em uma ditadura branca.

Por baixo, o que há de novo é que o mundo da mercadoria já se tornou universal. E, do ponto de vista simbólico, os direitos também se tornaram universais. O que anda melhor no Congresso Nacional, assim como na mídia, é a parte dos direitos individuais, que no entanto não existem

tem que todos vão virar consumidores, e a maioria é excluída, ou vira consumidora de quinta categoria. As promessas da ótica capitalista não estão sendo cumpridas. Essa frustração poderá refundir o povo. A cidade é o *locus* da liberdade mercantil, mas não temos engenharia social minimamente eficaz para lidar com a questão das megalópolis. É bom que mercantilizem tudo, para as pessoas aprenderem que as relações mercantis não resolvem problemas básicos.

J.E. – O que se pode esperar que saia daí?

MARIA DA CONCEIÇÃO – Eu espero que o povo diga: quero os meus direitos, quero o consumo que me prometeram. A conquista dos direitos vai avançar, porque jogamos massas e massas nas cidades, que são o território da liberdade mercantil.

Por alguma razão histórica, nosso povo se sente nacional e luta pela nação, mesmo não tendo inimigos externos. A unidade se faz pelo lado da cultura. Isso estabelece uma ligação mítica entre o povo e os intelectuais que, pelo menos desde os modernistas, precisam de uma nação. Há a idéia de que precisamos de uma nação, nem que seja no aspecto lúdico. Aliás, temos "nação" no aspecto lúdico; no concreto, temos opressão.

J.E. – De onde vêm as dificuldades da oposição?

MARIA DA CONCEIÇÃO – Os trabalhadores lutam em todos os horizontes e nunca conseguem se



"Ainda pretendo fazer a crítica da economia política da Cepal, que foi a grande economia política latino-americana."

na prática. Assim, na base da sociedade, temos uma luta desesperada pela sobrevivência, típica do mundo mercantil, e pela inserção, típica do mundo dos direitos.

J.E. – Em que condições essa luta se trava?

MARIA DA CONCEIÇÃO – Ao longo da nossa história, os de baixo nunca ficaram totalmente sem opção. Vieram para a cidade, migraram país a fora. Mas agora está ficando mais difícil. A panela de pressão pode fundir. Até porque a "ética da maldragem" está sendo substituída pelas éticas mercantil e protestante, que estão se expandindo. Não tenho a menor idéia sobre onde isso vai dar. Não tem paralelo em nossa história.

Estão introduzindo no povo a consigna da modernidade mercantil, e isso está gerando grandes contradições. Garantem que todos têm uma mercadoria para vender – a força de trabalho –, e cada vez menos gente consegue vendê-la. Prome-

incorporar de vez. Lutam por direitos do século XVIII, por direitos do século XIX e por direitos do século XX. Este século foi terrível, é verdade, principalmente por causa das guerras, mas também trouxe conquistas, que estão ameaçadas. Os trabalhadores estão tentando manter essas conquistas. Lutam no terreno dos direitos, sem rejeitar a herança da modernidade. É uma coisa dramática. E ainda se pede que eles apresentem um projeto nacional. Não me cobrem um projeto para os próximos vinte anos. Já falei para o Lula: não peça modelo econômico a ninguém. O projeto é o da luta. Nosso papel é resistir, submeter a economia à política. Com qual bandeira? Todas as dos últimos duzentos anos! Não basta?

J.E. – Isso produz desesperança e desânimo?

MARIA DA CONCEIÇÃO – Mais do que desanimado, nosso povo está perplexo. Mas tem uma grande tradição em termos de estratégia de sobrevi-

ENTREVISTA

vência, pois há vários séculos ele vive numa espécie de "bye bye Brasil". As elites brasileiras, por sua vez, são muito apropriadoras, mercantis, curtoprazistas, sempre envolvidas em fugas para a frente, sem horizontes de longo prazo. Mesmo assim, o Brasil resistiu mais que outras nações. Tem mais potencialidades, é um país continental. Mas estamos em uma conjuntura internacional aziaga, que pode estar preparando um salto de qualidade. Os intelectuais, em geral, e os economistas, em particular, não estão muito atentos. Ficam buscando um modelo, quando a situação não permite modelos. Precisamos de uma análise histórico-estrutural, que recupere a tradição da economia política, e, se possível, da crítica da economia política.

Ainda pretendo fazer a crítica da economia política da Cepal, que foi a grande economia política latino-americana. O esquema centro-periferia, de Prebisch, é muito importante, pois ele tinha razão em seus dois pontos centrais: a questão do progresso técnico endógeno e da moeda. Depois foi incorporada uma idéia ruim, a dos obstáculos à industrialização - o obstáculo agrário, os obstáculos institucionais. A reforma agrária não era obstáculo nenhum. O capitalismo selvagem foi levado ao campo e impulsionou a agricultura brasileira. Mesmo assim, é ridículo rejeitar a obra da Cepal. Prebisch e alguns de seus companheiros, como Anibal Pinto e Celso Furtado, tiveram idéias brilhantes.

J.E. - O que falta conhecer na sociedade brasileira hoje?

MARIA DA CONCEIÇÃO - Há temas relativamente bem estudados: as relações de poder, o processo de substituição de importações, o atraso no progresso técnico, a formação das elites. Mas falta estudar que sociedade é esta. O que é a sociedade brasileira? Como se manteve? Faltam sociólogos (do lado do povo) para nos dizer, por exemplo, como a sociedade está se movendo por baixo. Temos bons antropólogos, mas não se faz uma sociologia que leve em conta as "classes" subordinadas e os segmentos excluídos do "mercado" formal de trabalho.

J.E. - Que pistas você tem sobre isso?

MARIA DA CONCEIÇÃO - Sujeitados à divisão de trabalho imposta pela hegemonia inglesa, perdemos o bonde da inclusão social no século XIX. No século XX, estamos perdendo de novo. Ou seja, estamos sempre perdendo o bonde da história europeia moderna. Isso me faz pensar que não somos europeus, mas luso-americanos. Nossa agenda talvez não seja a mesma da modernidade burguesa. Nosso povo nunca acreditou na representação dos direitos formais burgueses, com razão, porque nunca os teve. Vejam o que se passou nos anos recen-

tes. Fizemos a Constituinte de 1988. Debates intensamente durante dois anos, com toda a sociedade representada ali. Em seguida, eles vêm por cima e desconstituem tudo. Nosso povo fez aquela luta linda na década de 1980, e toda essa construção, ou possibilidade de construção, está sendo desmontada em três anos, no grito. Se alguém disser aos jovens de hoje que há apenas dez anos tivemos uma Constituinte cheia de esperanças, parecerá maluco. Por que o povo deve acreditar na democracia burguesa? Quanto ao socialismo, ele nem sabe o que é. Então, como se constitui um projeto popular neste país? De que povo estamos falando? Ou estamos falando dos sonhos das elites de esquerda de procedência europeia?

As chamadas modernidades inglesa e francesa não me animam mais. Temos de encontrar outro caminho. Somos luso-americanos. E somos americanos na etapa da decadência da cidadania ame-



"Não podemos mais delegar os destinos do país a uma elite que só manipula. Desta vez, o povo tem que fazer a nação."

ricana: os protestantes pobres e os funkeiros, que entraram agora, são os americanos que não votam.

J.E. - No entanto, os norte-americanos vivem em uma sociedade que deixou para trás sua condição "tardia" e conseguiu ocupar o centro do sistema...

MARIA DA CONCEIÇÃO - Os Estados Unidos cumpriram a tempo os requisitos dos séculos XVIII e XIX. Assim, prepararam-se para a modernidade. Nós, não. Construímos uma sociedade que só obteve êxito do ponto de vista do capital. Durante mais de cem anos, crescemos mais do que todos, ora com democracia formal, ora com ditadura, mas nunca com democracia de massas. Aliás, neste país, foram as ditaduras que mais fizeram concessões nos direitos sociais e do trabalho. O direito do trabalho vem do Estado Novo; o Estatuto da Terra - a bem da verdade, engavetado - foi feito pelo Castello Branco; os direitos dos idosos foram expandidos com o Geisel.

Assim, vivemos uma falsa via prussiana. Falsa, porque não somos potência. A via prussiana original visava a criar uma potência, e eles já estavam nessa condição em 1860, quando éramos primário-exportadores de café e escravistas. O povo assistiu embasbacado à Proclamação da República, ao golpe de Vargas, à morte do mesmo Vargas, ao golpe de 1964... Só consegui avançar politicamente na década de 1980. Começamos a nos mover na rua por direitos há pouquíssimo tempo. O teste da democracia, entre nós, está sendo feito.

J.E. - Mas, hoje, o mote entre os homens que estão no poder e entre muitos que estão na academia é o da superação dessa velha era de concessões populistas...

MARIA DA CONCEIÇÃO - A palavra povo aparece com força nos países de capitalismo tardio, ora à esquerda ora à direita. Como esses países poderiam convocar a classe operária, se só uma pequeníssima parte de sua população estava incorporada à produção dessa forma? Tinha que ser povo, mesmo. E por que rejeitamos tanto o populismo? Aqui, ele tanto foi de direita como progressista. Vargas fez concessões ao povo, gerenciou interesses das elites regionais e, simultaneamente, se moveu competentemente no meio dos interesses das grandes potências.

Este professor Cardoso disse que veio para terminar com a era Vargas. Vai terminar no meio dos escombros da "era Vargas" e submergir nos escom-

bro do modelo desenvolvimentista e da teoria da dependência, sem entender nada do que estará acontecendo. Ele e todos os seus amigos vão atribuir às mortes do Sérgio Motta e do Luís Eduardo Magalhães a derrota que virá... Não passam de pascácios.

J.E. - Qual o papel dos economistas nisso tudo?

MARIA DA CONCEIÇÃO - Não podemos abrir mão das idéias de Estado, nação e povo, nem das consignas da modernidade democrática. Mas não sabemos como retrabalhá-las no atual contexto mundial. Os economistas não entendem nada disso. Temos que trabalhar nos terrenos simbólico e cultural. Eu também disse ao Lula: não vale muito a pena reunir os economistas. Se é para dizer que o investimento está baixo, que o câmbio está ruim, que os juros estão altos, então não vale a pena. Qualquer um sabe disso.

Desta vez, o povo tem que fazer a nação. Não podemos mais delegar os destinos do país a elite nenhuma, nacional ou internacional, que só manipula. O povo não acredita mais em eleições, mas nunca pediu golpe, guerra civil ou Estado autoritário. Sempre pediu sobrevivência, vida e alegria. A partir da década de 1980, começou a pedir direito à terra, ao trabalho e a outros direitos. Estamos no começo dessa caminhada, e esperamos que desta vez ela não seja interrompida. Não queremos ser império. Queremos ser uma nação democrática e multirracial. ■

CONVÊNIO

Publicações da CEPAL

- ECONOMIC SURVEY OF LATIN AMÉRICA AND THE CARIBBEAN 1996-1997 - US\$ 50.
 - DESARROLLO ECONÓMICO LOCAL Y DISTRIBUCIÓN DEL PROGRESO TÉCNICO: UNA RESPUESTA A LAS EXIGENCIAS DEL AJUSTE ESTRUCTURAL, Francisco Albuquerque, 1997, 118 p. US\$ 8.
 - NOTAS SOBRE LA FAMILIA COMO UNIDAD SOCIOECONÓMICA, Carlos A. Borsotti, 1978, 2ª ed. 1984, 60 p. US\$ 6.
 - REVISTA DE LA CEPAL nº 63, 1997. US\$ 10.
 - BALANCE PRELIMINAR DE LA ECONOMÍA DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE 1997, 64 p. US\$ 8.
- O Conselho Regional de Economia-RJ, em convênio com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, está vendendo publicações da Cepal em sua biblioteca, no horário das 13 às 17 horas, onde o catálogo das obras poderá ser consultado. O preço utilizado será o dólar das Nações Unidas (US\$ 1,153 para o mês de junho) e as publicações que não estiverem disponíveis serão solicitadas ao escritório da CEPAL em Brasília. Relacionamos, abaixo, alguns títulos:
- AMÉRICA LATINA: TABLAS DE MORTALIDAD 1950-2025, 1998, 345p. US\$ 6.
 - ESTUDIO ECONÓMICO DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE 1996-1997, 349P. US\$ 50.
 - HACIA NUEVAS MODALIDADES DE COOPERACIÓN ECONÓMICA ENTRE AMÉRICA LATINA Y EL JAPÓN, 1986, 233P. US\$ 8.
 - LA GRIETA DE LAS DROGAS: DESINTEGRACIÓN SOCIAL Y POLÍTICAS PÚBLICAS EN AMÉRICA LATINA, 1997, 218p. US\$ 10.
 - LA ECONOMÍA DE AMÉRICA LATINA EN 1982: EVOLUCIÓN GENERAL, POLÍTICA CAMBIARIA Y RENEGOCIACIÓN DE LA DEUDA EXTERNA, 1984, 104P. US\$ 6.
 - EL DESARROLLO DE AMÉRICA LATINA Y SUS REPERCUSIONES EN LA EDUCACIÓN. ALFABETISMO Y ESCOLARIDAD BÁSICA, 1982, 246P. US\$ 8.
 - BASIC CONCEPTS OF MARITIME TRANSPORT AND ITS PRESENT STATUS IN LATIN AMÉRICA AND THE CARIBBEAN, 1987, 114p. US\$ 6.
 - AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE: DINÁMICA DE LA POBLACIÓN Y DESARROLLO, 1995, 167p. US\$ 8.
 - CIUDADANÍA Y DERECHOS HUMANOS DESDE LA PERSPECTIVA DE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS, 1997, 124P. US\$ 6.

**QUANDO VOCÊ FOR AO BANCO DO BRASIL
USE OS SERVIÇOS EXPRESSOS
DE NOSSAS AGÊNCIAS**

**NÓS SABEMOS ECONOMIZAR
O SEU TEMPO.**

 **BANCO DO BRASIL**
o banco do Brasil

LIVROS EM VENDA DIRETA

Lançamento

A opção brasileira

208 páginas
Vários autores

Preço com desconto: R\$ 13,00

A Contraponto oferece seus livros, em venda direta, com descontos médios de 30% sobre os preços de capa aos economistas associados. Você receberá os livros em casa, pelo correio. As despesas postais já estão incluídas. Entre em contato conosco.

O Manifesto Comunista 150 anos depois

Daniel Aarão Reis (org.)

Preço com desconto: R\$ 13,00

O pensamento chinês - 416 p.

Marcel Granet

Preço com desconto: R\$ 28,00

A sociedade do espetáculo

Guy Debord - 240 p.

Preço com desconto: R\$ 19,00

Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura - 304 p.

Kwame Anthony Appiah

Preço com desconto: R\$ 23,00

Um mapa da esquerda na

Europa Ocidental - 284 p.

Org. Perry Anderson e Patrick Camiller

Preço com desconto: R\$ 22,00

Um mapa da ideologia - 338 p.

Adorno, Jameson, Bourdieu, Lacan, Althusser e outros.

Org. Slavoj Zizek

Preço com desconto: R\$ 24,00

O longo século XX - 408 p.

Giovanni Arrighi

Prêmio "Distinguished
Scholarship" da American
Sociological Association - 1995

Preço com desconto: R\$ 24,00

Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento - 496 p.

Ricardo Bielschowsky

Prêmio Haralambos Simeonides
da Associação Nacional de
Pós-Graduação em Economia (Anpec)

Preço com desconto: R\$ 25,00

CONTRAPONTO

Tel. / fax (021) 275-0751

Caixa postal 56066

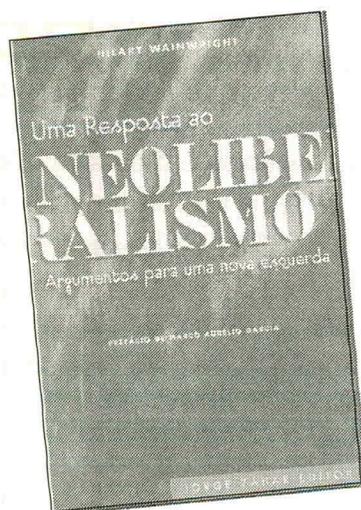
Rio de Janeiro, RJ

CEP 22292-970

e-mail:

contraponto@rio.nutecnet.com.br

ABRE ASPAS



UMA RESPOSTA AO NEOLIBERALISMO – ARGUMENTOS PARA UMA NOVA ESQUERDA, de Hilary Wainwright, Jorge Zahar Editor, combina uma discussão sobre as idéias políticas neste fim de século com uma avaliação das trajetórias concretas de movimentos sociais e partidos. A autora, que é pesquisadora do International Centre for Labour Studies, na Universidade de Manchester, discute as condições de gestação de um novo pensamento de esquerda, que deve fazer face aos desafios colocados pela hegemonia do pensamento conservador. Explora, sobretudo, as articulações e tensões entre conhecimento e experiência na formação de uma alternativa para as esquerdas.

OS FLUXOS FINANCEIROS NA AMÉRICA LATINA – UM DESAFIO AO PROGRESSO

Editora Paz e Terra, organizado por Ricardo French-Davis e Stephany Griffith-Jones, com prefácio de Paulo Nogueira Batista Jr., reúne trabalhos elaborados a partir de um projeto da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) e analisa as fontes desses fluxos financeiros, diferenciando os créditos e investimentos dos EUA e Canadá, os da Europa e os do Japão, suas motivações e as regulamentações a que estão sujeitos. Analisa também, em profundidade, as características dos fluxos de capital e dos seus efeitos macroeconômicos, assim como a resposta das autoridades econômicas locais no que tange às políticas da Argentina, Chile e México. Por fim, são apresentadas as repercussões de cunho político para os países e as lições tiradas dos estudos dos casos específicos.



A CONSTRUÇÃO DO TERCEIRO MUNDO: TEORIAS DO SUBDESENVOLVIMENTO NA ROMÊNIA E NO BRASIL

Editora Paz e Terra, de Joseph L. Love. Professor da Universidade de Illinois e conhecido brasileiro, o autor examina a história das idéias latino-americanas sobre o desenvolvimento econômico, em especial as defendidas por Raul Prebisch, Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso. Ao realizar tal pesquisa, Love descobriu que um economista romeno, Mihail Manoilescu, fornecera aos industriais paulistas o que parecia ser o embasamento científico para a industrialização em um país eminentemente agrícola. Curioso com essa descoberta, Love constatou que a condição periférica da Europa Centro-Occidental tinha profundas semelhanças com a condição periférica da América Latina. Daí ao estudo comparativo da situação da dependência do Brasil e da Romênia foi um pulo, um desdobramento natural das constatações iniciais da pesquisa.

AGROINDÚSTRIA Y PEQUEÑA AGRICULTURA: VÍNCULOS, POTENCIALIDADES Y OPORTUNIDADES COMERCIALES

Cepal, GTZ, FAO. O livro reúne dois documentos complementares. O primeiro analisa a articulação entre a agroindústria e a pequena agricultura e o potencial de indução de processos de difusão de tecnologias que permitam melhorar a produtividade e a competitividade dos pequenos produtores. Também são analisadas as características e conseqüências dessas formas de articulação. O segundo documento examina a situação atual e o potencial do comércio exterior dos produtos agrícolas e agroindustriais de um grupo selecionado de países da América Latina e do Caribe, respeitando os mercados dos países desenvolvidos que integram a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico.



CONVÊNIO

Livros em venda direta

O Conselho Regional de Economia estabeleceu novos convênios com editoras a fim de proporcionar aos associados das três entidades acesso a livros de relevância para a categoria. A proposição de ampliar a cooperação nessa área significa importante elemento de difusão do conhecimento a preços mais acessíveis para todos.

Nesse sentido o Conselho firmou convênios (já estamos oferecendo os livros da Editora Contraponto-com desconto) com a Editora Paz e Terra, com 30% de desconto sobre o preço de capa (a lista de livros está publicada abaixo), com a Editora da Fundação Getúlio Vargas, que concederá 20% de desconto e com a representante internacional Harcourt Brace & Company, que oferecerá livros do exterior a cada edição do Jornal dos Economistas, com 20% de desconto, incluindo enciclopédias.

Para participar dos convênios o economista deverá se identificar apresentando o seu número de registro. Mas neste primeiro mês, solicitamos que os interessados entrem em contato com o CORECON para receberem informações mais detalhadas sobre a operacionalidade do serviço.

A editora Paz e Terra oferece seus livros, em venda direta, com descontos de 30% sobre os preços de capa aos economistas associados. Você receberá os livros em casa, pelo correio. Entre em contato com a Paz e Terra para aproveitar os descontos oferecidos por uma editora nascida da resistência democrática, que há 33 anos trabalha em defesa da liberdade, do pensamento e do direito ao diálogo.

- A CONSTRUÇÃO DO TERCEIRO MUNDO – TEORIAS DO SUBDESENVOLVIMENTO NO BRASIL E NA ROMÊNIA – 643 p.
Joseph Love
Preço com desconto: R\$ 25,00
- OS FLUXOS FINANCEIROS NA AMÉRICA LATINA – UM DESAFIO AO PROGRESSO – 284 p.
Ricardo Ffrench-Davis e Stephany Griffith-Jones (organizadores)
Preço com desconto: R\$ 19,00
- ANTOLOGIA DE BARBOSA LIMA SOBRI-NHO – 100 ANOS DE VIDA LUTANDO PELO BRASIL – 397 p.
Preço com desconto: R\$ 14,00
- O 18 BRUMÁRIO E CARTAS A KUGELMAN – 346 p. – Sexta Edição
Karl Marx
Preço com desconto: R\$ 18,00
- APÓS 1989 – MORAL, REVOLUÇÃO E SOCIEDADE CIVIL – 289 p.
Ralf Dahrendorf
Preço com desconto: R\$ 16,00
- TERCEIRO SETOR: DESENVOLVIMENTO SOCIAL SUSTENTADO – 179 p.
Ruth Cardoso, Jeremy Rifkin, Rubem César Fernandes e outros
Preço com desconto: R\$ 14,00
- HISTÓRIAS ESQUECIDAS DA CIÊNCIA – 149 p.
Oliver Sacks, Jonatan Miller, Stephen Jay Gould, Daniel Kevles e R. C. Lewontim
Preço com desconto: R\$ 11,00
- 30 ANOS DO THE NEW YORK REVIEW OF BOOKS – A PRIMEIRA ANTOLOGIA
Robert Silvers, Barbara Epstein e Rea Hederman (organizadores)
Preço com desconto: R\$ 23,00
- AMÉRICA LATINA – ENTRE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E A GUERRA FRIA – 314 p.
Leslie Bethel e Ian Roxborough (organizadores)
Preço com desconto: R\$ 17,00
- DIALÉTICA MARXISTA, DIALÉTICA HEGELIANA – A PRODUÇÃO CAPITALISTA COMO CIRCULAÇÃO SIMPLES – 192 p.
Ruy Fausto
Preço com desconto: R\$ 14,00

Paz e Terra

Fax: (011) 232-6290

Tel: (011) 223-6522

São Paulo, SP

CONSULTORIA

A Analítica Pesquisa e Consultoria é uma associação sem fins lucrativos que desde 1996 oferece um serviço inovador na área de pesquisa de mercado e análises. É gerida por alunos do curso de Ciências Sociais da UFF sob a orientação de professores do Departamento de Ciência Política. Alguns serviços prestados pela Analítica: pesquisas de mercado, de opinião, perfil do consumidor e aceitação de produtos; análise e planejamento estratégico; análise de cenários políticos, sociais e econômicos de amplitude nacional, regional, e local; formulação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas e análise de recursos humanos. Outras informações: Andréia Schroeder – Diretora Presidente – Tel: (021) 507-9948 ou Tel/Fax (UFF): 620-5194, ramal: 219.

DOAÇÃO DE LIVROS

A campanha Doe livros, seja um intermediário no acesso ao conhecimento, promovida pelas entidades dos economistas – CORECON-RJ, IERJ e SINDECON – está ajudando a equipar diversas bibliotecas no Estado, de agosto 96 até agora. Foram 3.820 doações em diversas áreas – economia, contabilidade, direito, literatura, história, administração, educação, além de obras de referência (dicionários e enciclopédias).

A campanha continua, e os interessados na doação devem entrar em contato com a bibliotecária Ester Oliveira Teixeira, das 13h às 17hs, na Biblioteca Eginardo Pires.

A S S I N E

AGROANALISYS

A REVISTA DE

ECONOMIA

AGRÍCOLA DA

FUNDAÇÃO

GETULIO

VARGAS

Única revista de economia agrícola produzida por um centro de estudos econômicos. É indispensável para quem precisa compreender a economia brasileira.

Mario Henrique Simonsen

Sou leitor de Agroanalysis, de agora e de antes. Quando a publicação se interrompeu, ficou um vazio nunca preenchido por outras revistas.

Informação tem valor; só percebemos quando precisamos dela e não a temos

José Graziano da Silva

Associados ao Corecon/RJ, Ierj/RJ e Sindecon/RJ obtêm 20% de desconto na assinatura apresentando o nº de registro.

R\$ 55,00

CENTRAL DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE

Tel.: (021) 551-0698 — Fax: (021) 551-7801

ENCONTRO

III Encontro de Economia Política

Dias 10, 11 e 12 de junho de 1998

O Corecon-RJ, o IERJ e o Sindecon-RJ estão apoiando este evento

Local:

Faculdade de
Educação da UFF

Campus do Gragoatá, Prédio D,
Niterói, RJ, Salas no segundo e
terceiro andares

Informações:

Secretaria do Encontro, PUC-SP,
Departamento de Economia,
Rua Monte Alegre 984,
CEP 05014-901, São Paulo,
Tel. (011) 263-0211

NOTAS:

- A abertura, as mesas temáticas, os painéis, a assembleia geral e o encerramento serão no Auditório da Faculdade de Educação da UFF.
- O lançamento dos livros será no Saguão no térreo da Faculdade de Educação da UFF.

Curso de Aprofundamento

9 de junho

8:15 h

Abertura do Curso de
Aprofundamento

8:30 h

Módulo: *Concorrência - valor, preço de
produção e preço de mercado*
Prof. Eduardo Maldonado (UFRGS)

14 às 18 h

Módulo: *Conseqüências teóricas das
mudanças recentes no sistema financeiro*
Prof. Rogério Studart (UFRJ)

10 de junho

8:30 às 12:30 h

Módulo: *Trabalho e acumulação de
capital*
Prof. Márcio Pochmann (Unicamp)

14 às 18 h

Módulo: *Mundialização e
desenvolvimento nacional*
Prof. Theotônio dos Santos (UFF)

10 de junho

19 horas

LOCAL: Auditório da Faculdade de Educação
da UFF

ABERTURA: Com a presença do Meo Reitor
da UFF, Presidente do Cofecon, Presidente
do Corecon/RJ, Secretário-executivo da Anpec,
Presidente da Ange

PAINEL: TEORIA E POLÍTICA ECONÔMICA
CONFERENCISTAS: Prof. Luciano Coutinho
(Unicamp) e Prof. Wilson Cano (Unicamp)

11 de junho

8:30 às 12 horas

MESAS TEMÁTICAS

METODOLOGIA I

COMENTADOR: Prof. Pedro César Dutra Fonse-
ca (UFRGS)

- Sílvia Harumi Toyoshima – *Instituições e Desen-
volvimento Econômico: uma análise crítica das
idéias de Douglas North*
- Luiz Augusto Estrella Faria (UFRGS/FEE) –
Capitalismo, espaço e tempo
- Marcos R. Vasconcelos (UEMA), Eduardo
Strachman e José Ricardo Fucidji – *O realismo
crítico e as controvérsias metodológicas contempo-
râneas em economia*
- Gláucia Campregher (UFU) – *Para a crítica da
negatividade do trabalho de Kurz*

HISTÓRIA ECONÔMICA

COMENTADOR: Prof. Fábio Sá Earp (UFRJ)

- Nelson Nozoe (FEA/USP) e José Flávio Motta
(FEA/USP) – *Os produtores eventuais de café*
- Maria Mello de Malta (IE/UFRJ) – *Economia
política dos preços internacionais do petróleo*
- Fausto Saretta (UNESP/FCL) – *Política econô-
mica externa do Brasil: 1946-1950*
- Carlos Aguiar de Medeiros (UFRJ) – *High wage
economy; sloganism and fordism: the american
experience during the golden age*

ECONOMIA POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO I

COMENTADOR: Prof. Theotônio dos Santos (UFF)
Reinaldo Gonçalves (UFRJ) – *Meio ambiente e a
economia Política do comércio internacional*
Nelson Cavalleiro (PUC/SP) – *O comércio exte-
rior nas relações intersetoriais*
Eduardo Albuquerque (UFMG) – *Infra-estrutu-
ra de informações e sistema nacional de inovação*
Francisco de Assis Costa (UFPA) – *Ciência e
tecnologia na Amazônia*

ECONOMIA INDUSTRIAL I

COMENTADORA: Profa. Anita Kon (PUC/SP)

- Thomas Hurtienne (UFPA) – *Cambio
tecnológico, competitividad estructural y los nuevos*

*patrones del desarrollo económico en los países
industriales y los países en desarrollo*

- Francisco Cipolla (UFPR) – *A inovação do
produto em Marx*
- Vanessa Petrelli Corrêa (UFU) – *A participação
privada nos investimentos de infra-estrutura – a
questão do financiamento*
- Sílvia Antonio Cário (UFSC) e Renato Ramos
Campos – *Privatização na indústria petroquímica:
um processo sem vinculação a uma estratégia de
política industrial*

ECONOMIA DO TRABALHO I

COMENTADOR: Prof. João Saboya (UFRJ)

- Claudio Dedecca (Unicamp) – *Emprego e quali-
ficação no Brasil nos anos 90*
- Ana Maria Bianchi e José Pastore (USP) – *Algu-
mas evidências sobre as ocupações no mercado de
trabalho*
- José Celso Cardoso Jr. (IPEA) – *O debate recente
sobre o desemprego e a flexibilidade no mercado de
trabalho do Brasil*
- Arlete Alves (UFU) – *Integração entre organiza-
ções não governamentais e estado no processo de
geração de emprego e renda*

ECONOMIA AGRÍCOLA I

COMENTADOR: Prof. Márcio Pochmann
(Unicamp)

- Paulo de Tarso Soares (USP) – *Questionando
o questionamento aos clássicos do Marxismo sobre
a agricultura*
- Lauro Mattei (Unicamp) – *Atualidades da
teoria clássica sobre o capitalismo agrário*
- Regina H.V. Petti, José Craziano e outros
(Unicamp) – *Estimativa da demanda de força de
trabalho na agropecuária brasileira*
- Lauro Mattei (Unicamp) – *As perspectivas do
emprego agrícola no Brasil*

10:45 às 12:30 horas

PAINEL

OS IMPACTOS DA POLÍTICA ECONÔMICA NA QUESTÃO SOCIAL

PALESTRANTES: Sérgio Mendonça (Dieese), Prof.
Wilson Menezes (UFBA), Prof. Carlos Lessa (UFRJ)
MODERAÇÃO: Profa. Rosa Maria Marques
(PUC/SP)

14 às 16 horas

MESAS TEMÁTICAS

HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO I

COMENTADORA: Profa. Ana Maria Bianchi (USP)

- Claudia Heller (Unesp/PCL) – *Processo técnico
segundo Joan Robinson: uma tentativa*
- Luiz A.M. Macedo (UFMG) – *A invenção da
teoria "Ricardiana" de renda da terra*
- Amaury P. Gremaud (FEA-USP/Rib. Preto) –
*Uma escola Macleodista no Brasil: a economia
política*

• Adriana Nunes Ferreira (USP) – *A controvérsia
Pigou-Keynes*

METODOLOGIA II

COMENTADOR: Prof. Ramon Fernandez (UFPR)

- Sérgio Goldbaum (FCV/Mackenzie) – *A teoria
dos custos de transação é funcionalista?*
- Cesare Giuseppe Galvan (UFPA) – *A propósito
do tratado da origem, natureza, direito, e muta-
ções das moedas, composto pelo Mestre Nicolau de
Oresme, professor de sagrada teologia*
- Armando de Melo Lisboa (UFSC) – *Lingua-
gem e Realidade na Economia Moderna*
- José Eli da Veiga (USP/FEA) – *A convergência
entre evolucionismo e regulacionismo*

ECONOMIA POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO II

COMENTADOR: Prof. Luiz Carlos Prado (UFRJ)

- Guido Mantega e José Márcio Rego (FCV/SP-
PUC/SP) – *Desenvolvimento e subdesenvolvi-
mento: breves registros*
- Carlos Eduardo Martins, Adrian Soletto V. (UFF)
– *A teoria da dependência e o pensamento econômico*
- Adriano Batista Dias (FUNDAJ) – *Educação e
desenvolvimento: perspectivas dos países periféricos*

MESA ECONOMIA DO TRABALHO II – FLEXIBILIZAÇÃO

COMENTADOR: Prof. José Ricardo Tauillé (UFRJ)

- Rosana A. Ribeiro (UFU) – *A determinação do
emprego e a desindustrialização na nova ordem
econômica internacional*
- Leonardo M. Muls (Estácio de Sá/RJ) – *O proces-
so de produção capitalista e a base técnica flexí-
vel: apenas uma ampliação das possibilidades de
acumulação*
- Olímpio Galvão (UFPE) – *Especialização flexí-
vel, firmas inovativas e novos espaços industriais:
algumas lições da experiência internacional*
- Humberto E. de P. Martins et alli (UFU) – *Siste-
mas regionais de inovação na indústria automobili-
stica: o caso da Mercedes-Benz em Juiz de Fora (MG)*

ECONOMIA AGRÍCOLA II

COMENTADOR: Prof. René de Carvalho (UFRJ)

- João Policarpo R. Lima (UFPE) e Abraham B.
Sicsú (UFPE) – *A agroindústria canavieira do
Nordeste: o desafio da reestruturação possível*
- Marcelo Paixão (UFF-Fase) – *Divisão do traba-
lho, cooperação e subordinação: uma reflexão
sobre as bases técnicas manual e mecânica de colhei-
ta de cana-de-açúcar*
- José Craziano da Silva (Unicamp) –
*Agroindústria e globalização. O caso da laranja
no Estado de São Paulo*
- Adriana Agreli Alves (UFU) e José Flores F. Filho
– *De mercados locais a mercado nacional: os impac-
tos da globalização no setor leiteiro de Minas Gerais*

16:15 às 18 horas

PAINEL

REPENSANDO A GRADUAÇÃO: O CASO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ENCONTRO

PALESTRANTES: Prof. Luiz Roberto Cury (MEC), Prof. Luiz Carlos Prado (Cofecon), Prof. Antonio Maria da Silveira (Membro da Comissão de Especialistas do MEC e ex-secretário executivo da Anpec e Prof. José Rubens Garlipp (Ange)

MODERADOR: Prof. Armando Dias Mendes (relator do currículo vigente)

PALESTRA: Prof. Alan Freeman (University of Greenwich, Inglaterra)

19:30 às 22 horas

DA CRÍTICA À ECONOMIA NEO-CLÁSSICA AO RETORNO À ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA: CENTENÁRIO DE PIERO SRAFFA

PALESTRANTES: Prof. Pierangelo Garegnani (Univ. Roma Tres) e Prof. Fabio Petri (Univ. Siena)

MODERADOR: Prof. João Paulo de Almeida Magalhães (Pres. do IERJ)

12 de junho

8:30 às 10:30 horas

MESAS TEMÁTICAS

HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO II

COMENTADOR: Prof. Eleutério Prado (USP)

- Giacomo Balbinotto Neto (UFRGS) – *As origens clássicas da teoria da "rent seeking"*
- Maria Angélica Borges (PUC/SP) – *A formação do mundo do trabalho*
- Fernando Ferrari Filho – *A crítica pós-Keynesiana ao mainstream: fundamentos*
- João Sicsú (UFF) – *Keynes teria sido um novo keynesiano?*

VALOR, PREÇOS E DISTRIBUIÇÃO I

COMENTADORA: Profa. Leda M. Paulani (USP)

- Antonio Henrique P. Silveira – *Posições de longo período e gravitação: uma breve nota sobre aspectos do debate recente*
- Fernando Garcia, Cláudio Lucinda, Sérgio Goldbaum (FGV/Mackenzie) e Fabiana Velloso – *Falhas de mercado e distribuição de renda e riqueza: um enfoque de equilíbrio geral competitivo*
- Eleutério F.S. Prado (USP) e Jorge Eduardo de C. Soromenho – *Equilíbrio estatístico de mercado: uma apresentação didática de uma crítica sutil*
- Sílvia Possas (Unicamp) – *A economia atual e o marxismo: pontos de uma agenda para repensar as categorias marxistas*

CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

COMENTADOR: Prof. José Carlos Braga (Unicamp)

- Eduardo Maldonado (UFRGS) – *Globalização e neoliberalismo: dois passos para frente ou um passo para trás?*
- Jair do Amaral Filho e Maria Cristina Pereira de Melo – *Aspectos da nova configuração do capitalismo mundial: implicações controversas da globalização*
- André Moreira Cunha (Unisinos/Unicamp) – *O Pacífico Asiático: da integração econômica dos anos 80 e 90 à crise financeira*
- Reinaldo Carcanholo e Paulo Nakatani (UFES) – *O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característica da globalização*

ESTADO, INSTITUIÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS

COMENTADORA: Profa. Lenina Pomeranz (USP)

- Fernando Nogueira da Costa (Unicamp) – *Macroeconomia da educação*
- Rosa Maria Marques (PUC/SP) – *Notas sobre o avanço do neoliberalismo no campo da proteção social na América Latina*
- Ebenézer Pereira Couto (UFU) – *Manejo de estoques e segurança alimentar: repensando estratégias*
- Bruno de O Cruz e Joaquinho R. Teixeira (UNB) – *Controvérsia sobre o impacto do investimento público no Brasil*

ECONOMIA BRASILEIRA

COMENTADOR: Prof. José Rubens Garlipp (UFU)

- André Maia Gomes Lages (UFA) – *Concorrência, globalização e desenvolvimento: elementos para discussão à luz da experiência brasileira*
- Aldamir Marquetti (New School, N. York) – *The rate of surplus value, the composition of capital, the rate of turnover of capital, and the rate of profits in the Brazilian Manufacturing Industry*
- Niemayer Almeida Filho (UFU) – *Política pública brasileira: os determinantes de sempre da política econômica*
- Franklin Serrano (UFRJ) – *Tequila or Tortilla? Notes on the Brazilian Economy in the nineties*

ECONOMIA POLÍTICA E TERRITÓRIO

COMENTADORA: Profa. Orlia Carrion (UFRGS)

- Hoyedo Nunes Lins (UFSC) – *Reestruturação produtiva e impactos sócio-espaciais*
- José Márcio Rego (PUC/SP) e Ciro Biderman (CEBRAP) – *A emergência de uma cidade mundial: os casos de São Paulo e Buenos Aires*
- Adriana Moreira Amado (UNB) – *Impactos regionais do recente processo de concentração bancária no Brasil*

10:45 às 12:30 horas

ASSEMBLÉIA GERAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA – SEP

14 às 16 horas

MESAS TEMÁTICAS

VALOR, PREÇOS E DISTRIBUIÇÃO II – MARX

COMENTADOR: Prof. Nelson Rosas (UFPe)

- Vânia Lomônaco Bastos (UNB) – *A determinação do valor e preço em Ricardo, Marx e Sraffa*
- João Machado Borges Neto (PUC/SP) – *A transformação dos valores em preços de produção como redistribuição de valor*
- Gentil Corazza (UFRGS) – *Marx e Keynes sobre dinheiro e economia monetária*
- Claus M. Germer (UFPR) – *O conceito de "padrão-ouro" e os equívocos da economia política*

ECONOMIA MONETÁRIA E FINANCEIRA

COMENTADORA: Profa. Maria de L. Mollo (UNB)

- Maria Luiza Falcão Silva, Joaquim Pinto de Andrade e Thomas S. Torrance (UNB) – *Internal Disequilibrium versus External Shocks: Brazil's Exposure to Speculative Currency Attacks*
- Selene Peres Nunes (Min. Planejamento) e Ricardo da Costa Nunes – *A proposta de independência do Banco Central: uma visão crítica*
- Helder Ferreira de Mendonça (UFF) – *O aspecto de independência: instrumento positivo ou negativo?*
- José Luiz Oreiro (IBMEC) – *Equilíbrio temporário, taxa de juros e o motivo finanças de demanda de moeda: uma reavaliação da teoria da preferência pela liquidez*

ECONOMIA POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO III – AMÉRICA LATINA

COMENTADOR: Prof. Mariano Laplane (Unicamp)

- Abelardo Mariña Flores e Fred Moseley – *La tasa general de ganancia en México: 1950-1993*
- Alejandro Valle Baeza (UNAM-México) – *La crisis mexicana de 1994-95: una primera revisión de las explicaciones no marxistas de la crisis*
- Maria Heloisa Lenz (UFRGS/FEE) – *Auge e declínio da economia argentina*

ECONOMIA INDUSTRIAL II

COMENTADOR: Prof. João Damásio (UFBa)

- Marcilene Martins (UFMA) – *Dinâmica tecnológica e estrutura de mercado: considerações acerca da perspectiva de uma integração teórica à base do enfoque evolucionário*
- Benedito Rodrigues de Moraes Neto (UNESP Araraquara) – *Fordismo e Ohnoísmo: trabalho e tecnologia na produção em massa*
- Gilberto Tadeu Lima (Unicamp) – *Market concentration and endogenous technological innovation in a non-linear dynamic model of growth and distribution*
- Antonio Luis Licha (UFF) e José Luís Oreiro (IBMEC) – *Retornos crescentes, path-dependence e organização das relações de trabalho: uma análise aplicada aos casos de Alemanha e o Reino Unido 1970-1990*

ECONOMIA BRASILEIRA II – PLANO REAL

COMENTADOR: Prof. Otaviano Canuto (Unicamp)

- Cristian Andrei Andrei (Fundap/SP) – *O Plano Real e a queda da inflação*
- Fernando A.M. Matos (Unicamp) e José Celso Cardoso Jr. (IPEA) – *A questão distributiva no Plano Real*
- Flávio B. Fligenspan (UFRGS) – *Uma revisão da ocupação e dos rendimentos durante o Real*
- Gerson Lima (UFPR) – *A política cambial no Plano Real*

16:15 às 18 horas

PAINEL

O MANIFESTO COMUNISTA E A ECONOMIA POLÍTICA

PALESTRANTES: Prof. Alan Freeman (Univ. of Greenwich, Inglaterra) e Prof. Paul Singer (USP)

MODERADOR: Prof. Theotônio dos Santos (UFF)

18:30 horas

ENCERRAMENTO

19 horas

LANÇAMENTO DE LIVROS

COQUETEL

LOCAL: Saguão no térreo da Faculdade de Educação da UFF

CONVITE

AS ENTIDADES DOS ECONOMISTAS DO RIO DE JANEIRO: CORECON-RJ, IERJ E SINDECON-RJ e a SOCIEDADE DE ECONOMIA POLÍTICA (SEP), convidam para o Debate sobre

PIERO SRAFFA (1898-1983)

Economista teórico italiano radicado no Trinity College em Cambridge, Inglaterra, completaria em 1998 cem anos. Foi um dos economistas críticos mais rigorosos deste século e influenciou fortemente várias gerações de economistas.

Sua obra – relativamente pequena, concisa e densa – tem dois objetivos complementares: a crítica intensa às teorias da abordagem marginalista (ou neoclássica) e a retomada e desenvolvimento da abordagem do excedente, típica dos economistas clássicos (fisiocratas, Smith, Ricardo e Marx).

A obra de Sraffa continua de imensa relevância, pois em sua dimensão crítica os pressupostos do neoliberalismo, expressão maior da política econômica. Mostra que permanece necessário partir do conceito de excedente e investigar sua criação, realização e distribuição, na tradição crítica da economia política clássica, para que seja possível realizar uma análise ao mesmo tempo rigorosa e relevante do capitalismo atual.

PALESTRANTES:

- PIERANGELO GAREGNANI, Prof. titular na Terza Università di Roma (Itália); responsável pela compilação e edição das obras completas de P. Sraffa
- FÁBIO PETRI, Universidade de Siena (Itália)
- JOÃO PAULO DE A. MAGALHÃES, Presidente do IERJ

LOCAL: Auditório da Faculdade de Educação, Campus do Gragoatá, Prédio D, Niterói • **DIA:** 11 de Junho de 1998 • **HORÁRIO:** 19 às 22 horas

O painel se realizará na segunda noite do III Encontro Nacional de Economia Política, no Auditório da Faculdade de Educação da UFF

CURSOS

Sistemas de Projeções Financeiras e de Análise das Demonstrações Financeiras de Empresas

(AULA DE APRESENTAÇÃO GRATUITA, ÚNICA, ANTES DO INÍCIO DO CURSO)

CURSO INÉDITO E INOVADOR

01 a 20 de Julho de 1998, das 15 às 18 horas
Av. Augusto Severo, 306-A, Glória - RJ

• SISTEMA DE PROJEÇÕES FINANCEIRAS PARA APLICAÇÃO:

- 1 - Elaboraões / Análises de projetos econômicos de investimento.
- 2 - Determinação do valor econômico de empresas, utilizando-se o critério do Desconto do Fluxo de Caixa Global (Operacional e de Investimento).
- 3 - Acompanhamento da Gestão.

• SISTEMA DE ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE EMPRESAS EM MOEDA DE PODER AQUISITIVO CONSTANTE.

- ☞ LEVANTAMENTO DE CENÁRIOS EM QUESTÃO DE MINUTOS
- ☞ TOTALMENTE AUTOMATIZADOS E INTEGRADOS
- ☞ SISTEMA DE PROJEÇÕES, COM 2 ENTRADAS DE DADOS E 11 RELATÓRIOS DE SAÍDA
- ☞ SISTEMA DE ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, COM 1 ENTRADA DE DADOS E 5 RELATÓRIOS DE SAÍDA
- ☞ UTILIZADOS EM PLANILHAS ELETRÔNICAS MICROSOFT EXCEL 97 E LOTUS 1-2-3 v.5.0 PARA WINDOWS, OU ANTERIORES.

- Serão fornecidos os sistemas, o direito de uso, os manuais operacionais e conceituais, certificado do curso e apoio ao usuário.
- 2 participantes por computador.

Prof. ALÚZIO DOS SANTOS COSTA

Economista/Elaborador e Analista de Projetos Econômico de Investimentos. Analista Econômico-Financeiro de Empresas.
Ex-Economista/Analista de Projetos do BNDES (30 anos nesse banco). Ex-Conselheiro da Cosipa/Usiminas/Cimetal.

PREÇO DO CURSO

- Para Sócios das entidades e empresas associadas: R\$ 900,00.*
 - Outros: R\$ 1.000,00.*
- * pagamento em duas vezes.

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES

IERJ
Av. Rio Branco, 109 - 19º andar
Tels. (021) 224-0578 e 509-1077

PATROCÍNIO:

- IERJ
- CORECON-RJ
- SINDECON-RJ

VAGAS LIMITADAS

Informática

WINDOWS 95 WORD EXCEL

Carga horária: 24 horas
2 aulas por semana

WINDOWS 95 INÍCIO EM 02 DE JULHO

Terças e Quintas-feiras,
das 8:20 às 10:20 horas

Programa avançado
Apostilas e disquete gratuitos
Excelente carga horária
Centro da cidade

Valor de cada curso:
R\$ 120,00

Convênio entre
as entidades de economistas e

CURSOR
TREINAMENTO EM
INFORMÁTICA

INFORMAÇÕES:

Sede do IERJ
Tels: (021) 509-1077
e 224-0578

JORNAL DOS ECONOMISTAS

CORECON-RJ - SINDECON-RJ - IERJ

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR 52.2246/86



IMPRESSO

Entregue aos Correios até 10.06.98